



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12 de Agosto de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 1 DE 62

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Bom dia a todos.

Presentes, pelo sistema Teams, Vereador Dr. Murillo Lima; presencialmente, Vereador Fabio Riva, Rubinho Nunes, Hélio Rodrigues, Renata Falzoni, Nabil Bonduki e Roberto Tripoli.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 5ª audiência pública de 2025.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, também pelo YouTube, no canal TV Câmara São Paulo, e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência foi publicada desde o dia 7 de agosto no *Diário Oficial da Cidade*; dia 8, no jornal *O Estado de São Paulo*; dia 9 de agosto, no jornal *Folha de São Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e também podem ser feitas neste momento junto à secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência: Sr. Rodrigo Kenji de Souza Ashiushi, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Sr. Pedro Martin Fernandes, Presidente da SP Urbanismo, representado pelo Sr. Rafael Barreto Castelo da Cruz, Diretor de Desenvolvimento Urbano; Sra. Elisabete França, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representada pelo Sr. Vládir Bartalini, assessor de gabinete; Sr. Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, representado pela Sra. Maria Carolina Landgraf Scaramelli; Dr. Esper Georges Kallás, Diretor-Presidente do Instituto Butantan; Sr. José Renato Nalini, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas, representado pela Sra. Luciana Feldman, chefe de gabinete; Sr. Thomaz Miazaki Toledo, Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb, representado pela Sra. Maria Cecília da Costa Martins; Sr. José Antônio Totó Parente, Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa; Sr. Fabricio Cobra Arbex, Secretário Municipal das Subprefeituras, representado pelo Sr. Leonardo Pedrassoli Soares; Sr. André Guilherme Lemos Jorge, Secretário Municipal de Justiça; Sr. Orlando Morando

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 63

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 2 DE 62

Junior, Secretário Municipal de Segurança Urbana; Sr. Osmario Ferreira da Silva, Secretaria Municipal de Limpeza Urbana; Sr. Gilberto Regueira Alves Laranjeiras, Subprefeito do Butantã; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Dr. Roberto Luiz de Oliveira Pimentel, Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público de São Paulo; Dra. Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho, Defensoria Pública Geral; vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral.

Passemos à pauta.

PL 673/2025. Temos oradores inscritos? (Pausa) Sem oradores inscritos, considero debatido o PL 673/2025.

PL 674/2025. Temos oradores inscritos? (Pausa) Sem oradores inscritos, considero debatido o PL 674/2025.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Vereador Roberto.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Eu gostaria, se possível, porque eu não faço parte da Comissão, esses primeiros PLs dizem respeito a quê? Porque V.Exa. pergunta à secretaria se há vereadores inscritos, mas eu desconheço qual o projeto. Quem sabe...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Eu sei, mas eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – É que há ementa para leitura.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – É a ementa, só.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Farei a leitura da ementa, Vereador.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Claro.

Registro a presença da vereadora Marina Bragante.

PL 673/2025, de autoria do Prefeito Ricardo Nunes. Desincorpora da classe dos bens

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 3 DE 62

de uso comum do povo e transfere para a classe dos bens dominiais as áreas municipais que especifica, bem como autoriza a sua alienação.

PL 674/2025, de autoria do Prefeito Ricardo Nunes. Altera a Lei nº 16.673, de 13 de junho de 2017, que institui o Estatuto do Pedestre no Município de São Paulo; a Lei nº 17.501, de 3 de novembro de 2020, que dispõe sobre a observância de normas técnicas para o uso do espaço público pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e demais empresas que compartilhem sua infraestrutura e sobre a retirada de fios inutilizados em vias públicas do Município de São Paulo; bem como a Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, e dá outras providências.

São esses os projetos sem oradores inscritos, Vereador. Agradeço.

Passemos ao item 3, PL 691/2025, de autoria do Prefeito Ricardo Nunes. PIU Arco Pinheiros. Altera a Lei nº 18.222, de 27 de dezembro de 2024, que aprova o Plano de Intervenção Urbana para o território do Arco Pinheiros e cria a Área de Intervenção Urbana Arco Pinheiros, com vistas a instituir as Zonas de Ocupação Especial do Butantan e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, bem como disciplinar a elaboração dos respectivos Planos de Intervenção Urbana - PIU nos termos do art. 136-A da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que trata da Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Antes de procedermos à oitiva das pessoas inscritas, convidarei o Sr. Renan Costa, representante do...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Coster - perdão -, Coster, representante do Instituto Butantan, para que faça suas considerações acerca do substitutivo apresentado pelo Executivo. Senhor Renan, mais uma vez, obrigado pela presença. Muito bom dia. O senhor tem a palavra.

O SR. RENAN RODRIGUES DA COSTA - Oi, bom dia, bom dia a todos. Obrigado.

Tem uma apresentação que a gente gostaria de passar, por favor. Conseguiria

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 4 DE 62

colocar na tela cheia, por favor? É porque tem algumas animações. Na parte de baixo aqui. Isso, aí. Obrigado.

Bom dia a todos.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. RENAN COSTER - Eu gostaria de falar um pouquinho do projeto de restauração ecológica, que no nosso último encontro acho que surgiram algumas dúvidas. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para trazer um pouco mais à luz quais são as ideias em torno desse projeto. É um projeto grande, complexo, mas que inegavelmente vai trazer um benefício para vegetação do Instituto Butantan e para toda a vegetação do Município de São Paulo.

Pode passar uma, por favor?

Bom, primeiro só explicando o conceito de restauração ecológica. Como a gente conversou na semana passada, não se trata de um simples plantio de mudas. Nós estamos preocupados com a restauração de processos ecológicos que existem dentro de uma área verde preservada. Então, no caso do Município de São Paulo, estamos falando da Mata Atlântica paulistana.

Para ilustrar um pouco do que seria o efeito visual disso, eu trago essa imagem, que é uma imagem de 2010. Essa é uma área interna do Instituto Butantan, é à margem do Pirajussara Mirim, um córrego que uma parte dele passa, ele aflora dentro do território do Instituto Butantan. E essa via que tem do lado esquerdo é a Avenida Osasco.

Nessa área a gente pode observar que, em 2010, tinha uma situação degradada. Tem aí essa vegetação gramínea, exótica. Na imagem da esquerda tem a braquiária, que é uma espécie exótica invasora super-relevante do ponto de vista ambiental. Bananeiras ali, que, apesar de ser frutífera, também não é típica da nossa vegetação. E é uma área com muito solo compactado. Nessa área, o Instituto Butantan desenvolveu um projeto de restauração.

Então passa um para mim, por favor.

Essa imagem é de 2024. A gente vê que foi restaurada, de fato, uma vegetação ali,

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 5 DE 62

não só com plantio de árvores que a gente consegue observar. A gente tem o extrato arbóreo, só que nas partes inferiores a gente consegue ver o extrato herbáceo, as arbustivas, já tem algumas epífitas que estão aparecendo no local. E o que é mais relevante disso? Essa área já apresenta uma sustentabilidade, porque as árvores que atingiram a idade adulta já estão em fase reprodutiva e estão gerando filhotes, entre aspas, que a gente chama de propágulos. Esses propágulos já estão em pleno desenvolvimento no sub-bosque, que a gente chama, que é aquela área sob a copa das árvores. Então, caso tenha mortalidade de árvores nessa área, não vai ser necessário o replantio, porque já tem um processo ecológico ali funcionando, que é como deveria funcionar numa área de vegetação preservada.

Passa uma, por favor.

Esses propágulos já estão em pleno desenvolvimento no sub-bosque, que a gente chama, que é aquela área toda (ininteligível) de árvores (Ininteligível) e vai ser necessário (ininteligível)...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Peço à equipe que desligue os microfones, por gentileza.

O SR. RENAN COSTER - Obrigado.

Bom, dando continuidade, eu trago um pouco da questão da fauna, que foi citada também. O projeto de restauração ecológica está intimamente ligado com o monitoramento de fauna, então é preocupação do Butantan também a fauna de vida livre que ocorre no local.

Essas imagens eu trouxe apenas para ter um ilustrativo do que passou a ser identificado no local, nas margens do Pirajussara Mirim, após a implantação do projeto. Então tem representantes de anfíbios, de mamíferos, de répteis, de aves, também de peixes que foram identificados nas águas do Pirajussara Mirim. Apesar da poluição ambiental que vem de suas cabeceiras, ainda assim existe ali um potencial de vida que pode ser recuperado. Sem dúvida, esse projeto contribuiu e esse novo, de restauração ecológica, vai ampliar ainda mais esses benefícios para a fauna. Em suma, a fauna é o verdadeiro termômetro das iniciativas de restauração, porque se a gente começa a observar a melhoria da fauna, a gente consegue

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 6 DE 62

atestar também a qualidade da restauração ecológica.

Passa uma, por favor.

Por que a gente está propondo restauração ecológica no Instituto Butantan como forma de contrapartida ao Plano Diretor? Porque a vegetação do Instituto Butantan é classificada como vegetação de Mata Atlântica Secundária em estágio médio de regeneração. Essa classificação não muda, independente do fator de degradação que tem ali. Então a ocorrência de espécies exóticas invasoras, algumas pessoas falam: “Ah, mas quando vocês falam isso, vocês estão desqualificando a vegetação”. Muito pelo contrário, a gente está fazendo um diagnóstico, fazendo um paralelo com o médico que atende um paciente.

O médico, para descobrir qual seria o melhor tratamento, precisa descobrir qual é a patologia que acomete. Então, esse trabalho que nós fazemos na vegetação do Instituto é no sentido de diagnosticar a vegetação, entender quais são os fatores de degradação que estão ocorrendo ali, para poder propor uma medida que seja adequada para a recuperação da qualidade ambiental. Vale ressaltar que espécies exóticas invasoras estão entre as cinco causas de perda de biodiversidade no mundo, então é um problema muito grave.

A pergunta que pode surgir: “Mas por que o Butantan plantou?”. Na verdade, o Butantan não plantou. Uma parte foi plantada na Cidade Universitária, no bairro do Butantã, até uma pequena parcela no Instituto para fins paisagísticos. É uma palmeira bonita, mas ela acabou saindo do controle. Quando esse plantio foi feito, muitos anos atrás, não se tinha conhecimento sobre o potencial de invasão, e hoje ela acabou saindo do controle.

Qual é o problema? Eu trago para vocês essas imagens porque elas são bem emblemáticas. Onde essa palmeira ocorre, a gente pode ver que só tem ela majoritariamente dominando toda a floresta. E não sei se vocês conseguem observar na base, o chão da floresta, onde deveria ter uma riqueza de outras espécies, fica tomado por essas folhas secas. Essa palmeira tem um problema, ela tem folhas muito grandes e, quando elas se desprendem da planta mãe, são folhas pesadas, então elas vão quebrando tudo o que está rebrotando embaixo de vegetação nativa e vão formando esses acumulados de palha que não deixam a vegetação

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 7 DE 62

nativa rebrotar. Então isso acaba sendo um problema. Criam-se bosques de palmeiras que são esvaziados em relação à riqueza de espécies nativa da Mata Atlântica.

O que a gente tem observado? A gente tem monitorado os regenerantes nas áreas de vegetação do Instituto Butantan, e a gente vê que a situação está bem complicada, porque as árvores nativas não estão regenerando em vários pontos. Isso chama muito a atenção porque, no longo prazo, a gente pode ter uma perda de massa vegetal.

Pode passar, por favor.

Bom, aí qual é a ideia? Nós mapeamos essas áreas de maior infestação, dentro das áreas de vegetação do Instituto Butantan. Esse mapa traz essas áreas hachuradas em verde, que são as áreas que estão aptas a receber os projetos de restauração ecológica. A gente vê que praticamente todos os fragmentos têm um problema muito sério de invasão biológica, sobretudo o Horto Oswaldo Cruz. Acho que eu comentei um pouquinho da outra vez, é a área verde mais antiga que nós temos no Instituto Butantan. E, coincidentemente, é uma que mais sofre com a invasão biológica dessa palmeira australiana, e acaba sendo um núcleo de dispersão dessa espécie para os outros fragmentos.

Então qual é a ideia? A implantação desse projeto é positiva, do ponto de vista ambiental, não só para o Instituto Butantan, mas também para o Município de São Paulo, porque a gente vai estar controlando uma palmeira, uma espécie que tem ampla dispersão, por causa das aves que têm capacidade de dispersar as sementes em outros locais. Então eu acho super-relevante, do ponto de vista ambiental, porque a gente vai estar protegendo também e resguardando outras áreas verdes dentro do Município de São Paulo.

Pode passar, por favor?

Entendendo o projeto na prática, o que a gente propõe? A substituição gradual da vegetação invasora. É muito importante lembrar que, como eu disse, já tem ali uma estrutura florestal, já tem uma série de benefícios que essas espécies exóticas trazem para o ambiente, porque são espécies vegetais. Mas tem a questão da biodiversidade climática, que é muito complicada. Então nós não podemos fazer isso de forma abrupta. A gente vai fazer um plano de

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 8 DE 62

manejo ao longo do tempo, dentro da legislação vigente.

A resolução SMA-32, de 2014, fala sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo e traz esse prazo de atestar em até 20 anos. Então é um manejo que vai ser feito gradualmente, controlado, em observância da fauna que ocorre nas áreas verdes. Como o Professor Esper citou da outra vez, alguns dos maiores especialistas em fauna trabalham no Instituto Butantan. Nós vamos nos sentar com eles para fazer isso, sempre amparados com conhecimento científico atualizado e vigente.

Falando de restauração, de novo, eu trago... Aí vocês podem me perguntar: “Renan, mas vocês estão falando de tirar a palmeira, mas você traz uma foto para plantar um monte de palmeiras?”. Mas vamos só esclarecer: essa palmeira que está na foto é a nossa nativa, é o palmito jussara, *euterpe edulis*. É uma espécie nativa da Mata Atlântica, outrora muito comum no Município, mas hoje ameaçada de extinção, pela lista do Estado, pela lista federal, do Ministério do Meio Ambiente. E nós queremos trazer essa palmeira justamente para substituir as exóticas, porque ela tem uma importância ecológica muito grande. Ela serve de alimento para vários grupos de fauna. Ela era muito típica no nosso Município, há muitos anos, e nós queremos trazê-la de volta para o seu lugar de direito, que foi ocupado pela palmeira australiana.

Outra iniciativa é o plantio de outros hábitos. A gente traz um colaborador ali plantando orquídeas. Então, quando a gente está falando de restauração, novamente, não se trata só de um simples plantio de árvores. Nós estamos preocupados com todos os hábitos que ocorrem na vegetação. Estamos falando, sim, de árvores grandes, árvores pequenas, árvores médias, arvoretas, arbustos, epífitas.

Para quem não sabe, epífitas são plantas que crescem sob a copa de outras árvores; não são parasitas, elas apenas se apoiam.

Trepadeiras, enfim, tudo isso visando à recuperação, à restauração dos processos ecológicos. A ideia é que essa vegetação tenha sustentabilidade, que a gente não precise ficar mexendo. E a nossa estratégia... Vocês podem me perguntar: “Como você garante que a palmeira australiana não vai voltar para dentro dos fragmentos?”. A nossa estratégia é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 70

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 9 DE 62

justamente trabalhar a questão da densidade, para que não sobre espaço para que essa palmeira volte a infestar a vegetação do Instituto Butantan.

Outra iniciativa que nós estamos trazendo é o replantio de árvores adultas. A última foto traz um modelo de árvore já bastante alta, beirando os 5m, os colaboradores plantando, porque a gente quer atingir o recobrimento no menor tempo possível. A gente quer que o impacto na paisagem seja o mínimo e que, principalmente, não tem impacto para a fauna, para todos os organismos que já existem naqueles fragmentos de vegetação.

Por fim, novamente, a Resolução SMA que guia a elaboração desse projeto. Importante ressaltar que o referido projeto está sendo avaliado pela Cetesb. Nós já enviamos uma prévia para eles. Estão avaliando a questão das áreas. Mas nós vamos criar um cronograma que seja sustentável, que não tenha um impacto que, eu acho, causou um pouco de preocupação na última audiência.

Sobre a questão climática citada, existe uma preocupação climática em relação à vegetação. Eu diria que uma vegetação invadida, uma vegetação degradada, tem um potencial de sequestro de carbono muito inferior do que uma vegetação preservada. Então, se nós estamos preocupados com o risco climático, nós temos, sim, de agir, visando restaurar a vegetação na sua condição original ou o mais próximo disso. Porque nós sabemos que para o estado inicial é difícil de chegar, mas isso se torna relevante do ponto de vista ambiental, principalmente, na questão climática que está sendo tão debatida hoje em dia nos fóruns.

Acho que é isso. Naturalmente, vão ficar muitas dúvidas. A gente está à disposição para esclarecer. Espero ter contribuído com o esclarecimento da questão.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado pelos apontamentos.

Foram encerradas as inscrições.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – O Vereador Roberto Tripoli tem a palavra.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Muito obrigado. Bom dia a todos e todas. O importante aqui é que nós não estamos discutindo a construção de um centro comercial, ou um *shopping*

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 10 DE 62

center, ou um prédio residencial. Nós estamos falando sobre vacinas. Esse é um ponto muito importante.

Um ponto que me preocupa...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Eu vou concluir, senhora, no momento oportuno, a senhora pede a palavra. Por favor.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço ao público que respeite o Vereador que faz uso da palavra.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Não sabe nem o que eu estou falando e já critica. É oposição por oposição.

Eu sou o Vereador Roberto Tripoli, do Partido Verde e tenho aqui na Casa 10 mandatos. Espero que primeiro me ouçam, depois a senhora critica e eu vou ouvi-la, com todo o respeito.

Eu tenho a sua idade, menino e daí?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu peço ao público presente que respeite o Vereador, assim como durante a fala do público está sendo respeitada.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Setenta, eu também tenho. Tem de respeitar a terceira idade aqui falando.

Muito bem. O que eu queria dizer é o seguinte: eu votei contra um projeto do Governo que retirava as árvores para fazer um aterro sanitário. Não sei se vocês se recordam.

Então eu trabalhei contra o projeto porque iam tirar 150 mil árvores, não sei, principalmente, de espécies nativas, não as exóticas. Exóticas são, naturalmente, os eucaliptos, pinus, que eu concordo que têm de ser retirados porque bebem água demais. Não ajudam a avifauna, não têm volta, enfim.

Mas em relação às espécies nativas, nós temos que ter respeito em relação a essas espécies. Então, o que me preocupa no projeto primeiramente? O senhor coloca, o senhor deve

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 11 DE 62

ser engenheiro ambiental?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Biólogo. Sendo um biólogo, deve ter feito um estudo florístico e faunístico daquela região. Então o senhor deve saber que tipo de mata deve ser plantada para poder ajudar a volta da avifauna, principalmente, de que São Paulo é carente.

Então o gradual me preocupa, porque o gradual, o senhor coloca aqui, quem sabe, 20 anos para recuperar a área. Eu não vou, nem eu, nem aquela senhora, estaremos aqui pela idade que nós temos, para ver alguma árvore crescer, não é? Então eu acho que o primeiro ponto a ser discutido, quem sabe, seria já começar a plantar e já começar a mexer na mata nativa, no sentido de que a situação arbórea da mata nativa, árvores e espécies que já tenham 50 anos, 60 anos, eu acho que elas podem ser replantadas, elas podem ser retiradas.

Eu cito um exemplo. Há muitos anos briguei. Não sei se o Vereador Nabil se recorda. No Governo Luiza Erundina, existia uma obra, no bairro Higienópolis, que retirava umas 10 árvores imensas, enfim. Nós estivemos lá com Pedro Dallari, com vários Vereadores interferindo, chamando a imprensa. Não deixamos tirar.

O Adolpho Lindenberg - eu estou dizendo a respeito de 30 anos atrás – disse: Não, o Vereador Tripoli está certo. Dá para replantar. Então, o que eles fizeram? Retiraram a árvore daquele local e a replantaram em outro local. Com isso, venderam os apartamentos construídos.

Então, acredito que esse projeto poderia já começar a plantar até antes de ter a obra. Não é necessário esperar. Claro que quando se planta um caule de cinco cm de diâmetro, vai demorar anos, uma eternidade para ficar no seu tamanho ideal. Mas já existem em Limeira, que é uma cidade próxima, todas as mudas de árvores já grandes, já dando retorno.

Então, eu acredito num substitutivo. O Vereador Nabil estava comentando comigo há pouco de que já estão discutindo uma série de pontos, que eu não vou adentrar porque o Nabil já está tomando conta desse setor.

Mas o que me preocupa muito é a retirada das árvores que já tenham dado um retorno bom para a sociedade, para a população de São Paulo e vão simplesmente cortá-las. Eu

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 12 DE 62

acho que poderiam ser replantadas na mesma área, no mesmo local.

Creio que nós podemos até fazer uma visita no local e identificar, não digo todas. Pela análise que eu fiz, começou com a retirada de nove mil árvores, me parece, depois chegou a seis mil, me parece, e hoje, me parece, pelo trabalho que o Nabil e outros estão fazendo aqui, o Governo está fazendo, chegamos a 150 espécies nativas.

Com relação às nativas, a minha reivindicação é que sejam replantadas no mesmo local. E local onde existe grama, mato que não vale nada, enfim, poderiam ser implantadas várias árvores para a volta da avifauna. Dá para aproveitar aquela área não derrubando as nativas, porque as exóticas - eu volto a dizer - quando se fala de eucalipto e pinus, não valem nada, prejudicam, são de uma espécie que vieram de fora, chupam uma água incrível, não têm retorno nenhum para avifauna.

A outra preocupação que eu deixo aqui, é em relação ao barulho, ao ruído. A população do entorno está reclamando muito do ruído. Futuramente também vão voltar na hora que estiver pronto, os exaustores, as máquinas, enfim, que vão trabalhar, vão incomodar muito.

Eu tive o privilégio de ser o autor da Lei de Ruídos Urbanos, na cidade de São Paulo. O Psiu, eu criei na época de Paulo Maluf, quando encaminhou para esta Casa a criação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Eu entrei com o substitutivo, criando o Psiu.

Sabe-se que a questão de ruídos interfere muito na economia da cidade, porque quem não dorme direito não produz. Então o ruído é uma coisa triste. Escolas que estão localizadas em locais com muitos ruídos registram número de reposição de aula e repetência muito grande.

Está certo que o Butantan está lá há 100 anos, enfim, mas a população está morando no entorno que é todo ocupado pela população, pois não há empresas, indústrias. Com a tecnologia de hoje é possível trabalhar e ter acústica. Tendo uma acústica, passa a não ter ruído, então não interfere na população.

Eu coloco dois pontos pequenos para serem discutidos com o Líder do Governo, o Vereador Fabio Riva, no sentido de que possa levar as nossas reivindicações ao Governo para

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 13 DE 62

que venha num substitutivo.

Viu Riva, porque tenho uma preocupação. Ontem, por exemplo, numa reunião que tivemos, é não ter “jabuti”. Teve uma Vereadora que falou muito em “jabuti”. Eu não sei se o senhor se recorda, a Vereadora Dra. Sandra Tadeu que é a nossa Corregedora, na Casa. Porque – é Procuradora da Mulher -, mas ela ontem gritou, falou de “jabuti”.

Eu também peço a V.Exa. que quando esse projeto vier com o substitutivo, depois de uma grande análise pelos senhores Vereadores que entendem da questão, que venha no substitutivo, viu Líder, para que não tenha emendas que criam surpresas em Plenário, encaminhando com outros projetos.

Por enquanto, era o que eu tinha a colocar. Fico no aguardo do substitutivo para analisar e, a partir daí dar o meu voto.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Roberto Tripoli.

Lembro aos senhores Vereadores que o prazo de manifestação na audiência pública é de cinco minutos para os vereadores e três para os munícipes presentes.

Registro a presença no Inspetor Jesus, Superintendente de Ações Ambientais, representando o Sr. Secretário Orlando Morando; do Vereador Isac Félix, *on-line*; da Vereadora Luna Zarattini, Líder do PT, que trouxe outros tantos predicados que eu deixo para o Vereador Nabil apresentar.

Alguns Colegas gostariam de se manifestar agora ou posteriormente?

A SRA. RENATA FALZONI – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereadora Renata Falzoni tem a palavra.

A SRA. RENATA FALZONI – Bom, primeiro tenho um enterro em Jundiaí, daqui a pouco. Queria saber se eu posso deixar uma série de perguntas que teriam sido enviadas para o Dr. Esper Georges Kallás, que não está presente. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Já está dada a palavra, pode apresentar como bem lhe aprouver.

A SRA. RENATA FALZONI – Muitíssimo obrigada, Presidente.

Olá a todos e todas. Eu quero fazer 10 perguntas endereçadas ao Dr. Esper Georges Kallás, às lideranças do Governo e do Butantan, no caso.

De acordo com a legislação ambiental brasileira, a Resolução Conama que trata do assunto, pergunto se foi apresentado um estudo de inexistência de alternativa locacional para a expansão do Instituto? Então essa é uma pergunta que tem que ser cobrada o tempo inteiro.

Na audiência pública, do dia 5, foi apresentada, pela diretoria do Instituto Butantan, uma intenção atualizada de supressão de 1.700 árvores, entre mil aspás. Se havia a possibilidade, por que o Instituto insistiu no projeto original do corte de mais de seis mil árvores, se era possível algo com 80% de menor impacto? Então, na última audiência, das 1.700 árvores que serão suprimidas, que a gente pretende ainda breçar, 1.550 estão classificadas como exóticas invasoras. Então, agora a gente vê um projeto que toca no assunto com bastante responsabilidade, mas a substituição disso daí seria construção ou, de fato, o seu projeto?

Então, de acordo com o Butantan, foram destacadas as leucenas que, de fato, precisam ser remanejadas, mas que podem estar sendo usadas, na verdade, como bode expiatório. Pergunto, existe um inventário das leucenas? Quantas são e onde exatamente elas estão localizadas? Estão todas nas áreas previstas no projeto de expansão?

Nós saímos da última audiência esperançosos com o prometido substitutivo. Mas a minuta que foi publicada no *Diário Oficial* não é mais restritiva, ela não traz mais instrumentos de proteção à área.

Na verdade, o substitutivo vai no sentido contrário. Ele é muito mais permissivo, especialmente no que toca à Lei de Zoneamento, do que o proposto no novo projeto que o Instituto pretende para a área. Por que o substitutivo não acompanhou as mudanças? Por que o substitutivo não está aqui escutando a vontade popular?

No substitutivo, a Zoe Butantã, tem uma taxa de ocupação de 0.30, que é 30%. Qual a atual taxa de ocupação da área? Pelos nossos cálculos, atualmente, a área tem uma taxa de ocupação menor de 10%. Então, qual a área que será autorizada a construir com essa previsão?

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 15 DE 62

Isso é muito importante a gente saber.

No substitutivo apresentado, o coeficiente máximo passa a ser o mesmo que é o mínimo, que é uma coisa que a gente tem que prestar muita atenção, porque tem uma pegadinha muito perigosa aqui.

No substitutivo apresentado, o coeficiente máximo passa a ser o coeficiente mínimo no valor .50, ou seja, 50%. Qual o motivo dessa alteração, se, conforme já trazido pelos senhores, o coeficiente máximo .5 passaria para a viabilização do projeto de expansão, ele agora é mínimo? Então a gente tem que rever isso. Será que foi um erro de digitação? Ou nós estamos plantando uma mina terrestre para que possa explodir daqui a alguns anos sobre os nossos pés? Isso é muito. A gente tem que estar atento a esses detalhes de digitação.

Na Lei 18.222, de 2024, que aprovou o PIU Arco de Pinheiros, havia uma previsão específica de que as Zoes criadas deveriam definir diretrizes para a sua integração com o entorno.

Vou repetir: diretrizes para a sua integração com o entorno. Por que essa integração com o entorno foi totalmente suprimida do texto? Então, no substitutivo, a obrigação de a gente analisar o contexto como um todo saiu da pauta. Isso é muito perigoso, repito, para a questão de ocupação da Lei de Zoneamento.

Do substitutivo à previsão de parâmetros para parcelamento do solo da Zoe Butantã. Se o objetivo desse PL é apenas viabilizar a expansão do Instituto, qual o motivo da previsão nesse sentido de parcelamento do solo? A gente sabe muito bem que isso daí fortalece uma possível especulação imobiliária, que é algo que não está sendo discutido, mas é o que está por trás.

No substitutivo, a permissão para que a área Zoe Butantã tenha diversos usos, inclusive, eventos e atividade industrial - IND-2, a despeito do provável impacto urbanístico e ambiental. Outra coisa que a gente tem de estar muito atento, não sei se subterfúgios decorrentes da lei.

Por qual motivo o PL que tem como justificativa apenas viabilizar a expansão das

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 16 DE 62

atividades já realizadas pelo Instituto está prevendo utilização tão ampla de atividades?

Décima e última pergunta: E mais, tamanha a ampliação do escopo, que a previsão até mesmo de que as edificações que abriguem uso não permitido poderá ser ampliada em até 50% da área construída total. A quem ou a que se destina essa previsão, ou seja, usos que hoje não são permitidos já estão sendo autorizados por esse substitutivo de aumento em 50% da área construída. Isso a gente tem que, realmente, questionar.

Para finalizar, Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao Governo para que compreenda a legitimidade das preocupações dos moradores do Butantã aqui presentes.

Somos todos a favor da vacina e da ampliação da produção delas. Inclusive, batalhamos contra as forças negacionistas que sempre jogaram contra a vacina. Temos uma oportunidade aqui de chegar a um bom termo, a um consenso, mas o substitutivo apresentado precisa mudar. O tapetão é muito ruim para a cidade.

Muitíssimo obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Renata Falzoni.

Registro a presença da Vereadora Keit Lima.

O Vereador Nabil Bonduki havia pedido a palavra?

Vou pedir para resetar o tempo do Vereador, por gentileza.

O SR. NABIL BONDUKI – Em primeiro lugar, quero dizer que é muito importante este debate. Eu concordo bastante com várias das questões colocadas pela Vereadora Renata Falzoni.

Vou fazer a minha apresentação um pouco a partir dessa análise, análise de que a proposta de substitutivo que foi apresentada, sexta-feira, pelo Governo, não garante nada, inclusive, do que nós conversamos da semana passada.

Eu vou mostrar um pouco isso aqui, fazer um histórico para quem não está acompanhando essa questão desde o início. Creio que é muito importante a gente entender a evolução e saber como podemos ter um conjunto de contribuições para aí, sim, viu Renata, poder fazer a correção em relação a esse substitutivo como você falou. A minha análise foi a mesma,

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 17 DE 62

ou seja, o substitutivo amplia enormemente os riscos e os problemas que estavam no projeto original.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu vou fazer um histórico desde o início para que a gente possa entender bem.

Este aqui é o Projeto do Arco Pinheiros como um todo. Aquela área, que está rosa mais escuro ali embaixo, era a proposta do PL original.

Para todo mundo entender, uma Zoe pode ter regulamentado o uso do solo, por decreto. Uma série de elementos pode ser por decreto. O projeto do Executivo, originalmente, coloca um aumento de gabarito para 48 m em toda a área do Butantan, mas não estabelecia usos, que ficaria teoricamente para um decreto de regulamentação. Então, essa foi a proposta original do Executivo.

Nós, da Bancada do PT, apresentamos uma proposta reduzindo aquele efeito daquele projeto que pegava a área toda para aquela área que vocês estão vendo, mais escura, só no canto do lado direito. Essa mudança, vamos dizer assim, protegia um pouquinho mais de 80% da área dos efeitos desse aumento de gabarito, que, basicamente, atingia uma área que já é hoje comprometida com o uso industrial, ali, no próprio Butantã, com as construções que existem.

É importante dizer que este era o Plano Diretor original do Butantã. Como vocês estão vendo, ele pega construções em muitas áreas, inclusive, na área, ali, próximo ao biotério, do lado esquerdo, que vocês estão vendo. Então, essa era a proposta original.

Aqui está, do lado esquerdo, o que significaria a proposta original do Plano Diretor do Butantã. Todas as áreas azuis poderiam ser comprometidas com edifícios industriais e o Dr. Esper, na última reunião, apresentou o que está do lado direito. Isto é uma cópia do que ele apresentou aqui. É a apresentação do Dr. Esper. Está restringindo, portanto, aquelas áreas que estão em azul, do lado direito, reduzindo enormemente a área que seria afetada pelas indústrias.

Estranhamente, a gente recebe, então, um substitutivo, na sexta-feira passada. Na

verdade, o que ele faz? Faz uma coisa que é positiva, do meu ponto de vista, que é estabelecer o uso do solo para o conjunto da área – não só o gabarito, mas todos os elementos. Que uso podem ter num terreno? Isso está correto.

Contudo, para nossa surpresa, ao contrário do que o Dr. Esper apresentou na terça-feira passada, ela comprometia toda a área do Butantã com o uso industrial, que é o Ind2. Ind2, no uso do solo, é uma categoria de uso de indústria de alto impacto para toda a área. Estabelecia aqueles coeficientes que a Renata falou. Não vou repetir aqui. Aqueles coeficientes que ela apresentou tinham como base a área como um todo. Então, como a taxa de ocupação, por exemplo, era de 50%, permitiria que 50% da área do Butantã, que são 750 mil metros quadrados, pudessem ser utilizados com uso do solo. É para dar um exemplo de vários outros indicadores. Então, era um problema e restringia para 35 metros aquela área hachurada que aparece em cinza.

Esse substitutivo não é aceitável. Pelo contrário, ele inclusive contradiz aquilo que o próprio Instituto Butantan – pelo menos, o seu Presidente – colocou como uma necessidade do Butantã, que ele já tinha apresentado no *slide* anterior.

O que nós estamos trazendo, como uma sugestão, para que possa ser feita uma proposta mais elaborada, mais consistente? Infelizmente, gente, eu vou falar de algumas coisas e talvez fique difícil para cada um, mas nós estamos falando de zoneamento. No zoneamento definem-se todos os parâmetros que podem ser utilizados. Se a gente quiser ter segurança do que vai acontecer no futuro, a gente tem de fazer uma lei com clareza. Então, é isso o que nós estamos trazendo como uma sugestão, Vereador Fabio Riva, para um substitutivo que seja feito pela Casa. Que a gente possa ter um consenso, avançando nesse sentido.

Nós dividimos, então, a área em quatro perímetros. O P4 é semelhante ao que hoje está no restante da área da USP, etc., para aquelas áreas dos imóveis tombados, aquela área que tem um museu, que tem a visitação pública, etc., aquela área bonita, ali, do centro do Butantã.

O P5 seria destinado à instalação de determinados industriais, o que está delimitado

pela área já ocupada pelas atividades industriais de alto impacto. Portanto, ela ficaria restrita a um trecho que a gente vai ver, a seguir, no mapa.

O P6 é destinado a atividades administrativas, de ensino e de pesquisa de baixo impacto, em que outro instituto pode ter construções, como a sede administrativa, como uma área de pesquisa, de ensino, o que é diferente da área de preservação e é diferente, também, da área industrial. É uma área compatível com o entorno.

Finalmente, o P7 seria destinado à preservação e recuperação ambiental, ao lazer e à fruição pública, a fruição cultural delimitada pela área que atualmente ocupa os espaços verdes e alguns edifícios tombados. Ali, é uma questão de limite, de qual seria.

Vamos ver isso no mapa. Então, aqui estaria essa situação. O P7 é essa área verde que vocês estão vendo, ali. Depois, a gente poderia pegar a foto aérea para ver a área verde. O P4 é uma área que também seria preservada, mas ele é diferente da área totalmente preservada, porque ela tem a área cultural. Então, tem os museus, etc. Ela pode ter algum tipo de modificação. Não é totalmente protegida, mas ela também é de proteção. Está tudo bem, mas é que é importante para a gente poder avançar. Depois, o P5 é a área industrial, que basicamente fica na área que hoje já é comprometida e aquele P6 são as áreas, ali. Há a área administrativa, onde é o Paço das Artes, e aquele outro trequinho, ali, é a área que tem uma vila, hoje, em que está prevista uma área de pesquisa.

Para cada uma dessas áreas definem-se quais são os usos permitidos, para que a gente possa ter segurança do que vai acontecer, lá, no futuro. Eu não vou falar de todos eles, mas, no P5, que é a área industrial, permitem-se vários usos não residenciais, inclusive a Ind2, que é a atividade que tem um limite de ruído mais alto. Porém, ela está encostada, na verdade, longe das áreas residenciais.

No P5, no P6 e no P7, então, nós teríamos índices de ruído equivalentes a zonas residenciais. No caso do P6, são usos não residenciais até o Ind1 – portanto, de baixo impacto. No P7, então, são os usos ambientais, basicamente. Ali, também fica proibida a supressão de vegetação existente, com exceção das invasoras, que têm que ser repostas. Essa é basicamente

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 20 DE 62

uma contribuição para que a gente possa superar essa questão, com um consenso que garanta a necessidade de produção de vacinas no essencial, mas garanta o direito de vizinhança e a proteção ambiental.

Então, essa é a configuração que está em cima, de uma foto aérea. Então, vocês percebem que a área que hoje é verde fica basicamente protegida pelo P7 e dentro da área industrial ainda se garante uma espécie de corredor verde que separa essa área industrial da USP. É uma pequena área verde que a limita. A gente a veria dentro do conjunto todo do PIU Pinheiros.

Aqui, a gente vê, então, um comparativo das quatro situações que estão aí. Eu acho que a gente avançou muito em relação a poder ter uma proposta mais consistente de uso, ocupação, proteção da vizinhança e proteção ambiental e atender às necessidades imediatas do Instituto.

Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Vereador Nabil Bonduki. Conforme acordado no início da reunião, houve a fala dos Vereadores Roberto Tripoli, Renata Falzoni e Nabil Bonduki. Logo, a gente vai passar para os inscitos.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Pois não, Vereadora.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Rapidamente, quero saudar, também, todos os movimentos que estão aqui e todos os presentes na audiência pública. É muito bom quando a gente tem audiência pública com participação, porque é este o nosso caminho, desta Casa: a gente construir as propostas com a população.

Antes de passar para o público, eu vou precisar sair, porque eu tenho outra reunião.

Também saúdo o Vereador Nabil Bonduki pela apresentação, que é uma contribuição que o PT está fazendo em relação a esse tema.

Peço para o Líder de Governo o compromisso dessa escuta e de a gente tentar

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 21 DE 62

melhorar esse substitutivo, para ir avançando com as coisas sobre as quais a gente já tem consenso, que o Dr. Esper e o movimento apresentaram. Que o Governo também tenha essa sensibilidade, para a gente construir essa proposta da melhor maneira possível.

Então, agradeço a apresentação do Vereador Nabil Bonduki e todo esse histórico. Também peço esse diálogo, para que a gente conseguia ajustar esse projeto para a melhor forma possível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Vereadora Luna Zarattini, Líder do PT nesta Casa.

Quero anunciar a presença do Secretário do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo, Sr. Rodrigo Ashiushi. Se quiser fazer parte da nossa Mesa, fique à disposição. Sente-se aqui, do lado. A Vereadora Luna Zarattini disse que vai deixar o espaço livre para o nosso Secretário. Agradeço a sua presença neste debate importante, democrático, que mais uma vez a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente realiza nesta Casa.

Vamos passar, agora, ao primeiro inscrito: Sr. Lucas Rondoli, do Conselho Gestor do *campus* USP/Butantã. Tem três minutos, por favor. Logo em seguida, serão o Sr. Vanderlei da Cruz e a Sra. Marisia Batista Reis.

Lembro àqueles que se sentiram contemplados, inclusive, com a fala dos Vereadores Roberto Tripoli, Renata Falzoni e Nabil Bonduki que hoje nós estamos com o tempo um pouco mais apertado. Até a pedido do Presidente Rubinho Nunes, por volta das 13h há a intenção de encerrarmos esta audiência pública. Se alguém puder declinar, a Presidência agradece.

Tem três minutos, Sr. Lucas. Bom dia.

O SR. LUCAS RONDOLI – Bom dia a todos. Bom dia aos Vereadores, à representação do Instituto Butantan e a toda a comunidade de cidadãos que está aqui. Eu sou Lucas Rondoli. Eu sou aluno de pós-graduação da USP, representante discente no Conselho Gestor do *campus*, e eu não achei que eu fosse ser o primeiro a falar, mas eu vou ler o texto que tinha escrito, de qualquer forma.

Eu saúdo o movimento SOS Butantan. Tenho acompanhado, mais ou menos, as movimentações deles nos últimos anos, mas eu falo como representante da comunidade discente da Universidade de São Paulo.

Eu não preciso dizer – porque eles já vão dizer, todos – que transformar uma área de preservação tombada numa zona industrial movida a energia termelétrica é um absurdo. Não há nem o que dizer sobre isso.

Eu também não preciso dizer que anunciar publicamente um projeto, dizendo que havia sido alterado para preservar áreas e só construir na área que já está desmatada, mas, na prática, redigir um substitutivo que reclassifica o horto do Instituto Butantan como um bosque heterogêneo sem proteção legal, em um texto mal escrito – que sequer define um coeficiente de aproveitamento, mas lembra de aumentar um gabarito para 35 metros no Instituto Butantan –, é praticamente um estelionato com a população e, inclusive, com a imprensa, que dialogou com o Instituto Butantan.

Eu também não preciso dizer que cada árvore em pé e cada grama de CO₂ que evitamos lançar na atmosfera contam, porque a gente está num cenário em que o próprio IPCC projeta que o 1,5°C de aquecimento que a gente queria segurar até 2100 já vai acontecer agora, em 2030.

Por último, eu também não preciso dizer que, mesmo com todos os cuidados técnicos que a gente sabe que o Instituto Butantan é capaz de ter, um acidente numa planta industrial como essa, em uma zona densamente habitada, apresenta, sim, um risco real à saúde pública e é por isso que a própria OMS recomenda que essas instalações fiquem em áreas adequadas, afastadas das zonas densamente povoadas.

Agora, eu preciso dizer que no ano passado houve a elaboração amplamente participativa de um Plano Diretor para o *campus* Butantã da USP e que ele se baseou em responsabilidade ambiental, inclusão social, transição energética justa, adaptação às mudanças climáticas, inovação e qualidade. Esse Plano Diretor prevê um *campus* como parque multiespécies, que promova encontros e integração com a cidade, mas a mudança do

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 23 DE 62

zoneamento vizinho, do Instituto Butantan, para uma zona industrial que permite ruídos de até 65 decibéis pode comprometer atividades de ensino, cultura e extensão, os três pilares da universidade pública.

Preciso dizer, também, que há um projeto nacional para posicionar o Brasil como potência na produção de vacinas e que todos, aqui, o louvam, mas essa pressão recai apenas sobre dois institutos e seus terrenos: o Butantan e a Fiocruz, no Rio. Com o Instituto Butantan se recusando a avaliar alternativas locacionais e com a Lei de Zoneamento proposta no substitutivo, é evidente que, ao longo dos anos, ao longo de décadas, essa vegetação vai acabar sendo suprimida. Então, de que adianta todo esse discurso que o IB está fazendo sobre espécies nativas e exóticas, se tudo vai ser suprimido?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Conclua, por favor, Sr. Lucas.

O SR. LUCAS RONDOLI – Para terminar, eu preciso dizer que o Dr. Esper, na audiência pública do dia 5, falou em reverter a necropolítica do governo bolsonarista anterior, mas ele mesmo aplica uma lógica necropolítica ao defender uma proposta absolutamente inadequada. É diante dessa contradição que esse movimento, que não é de caráter (ininteligível), se posiciona com firmeza pela saúde pública e pela preservação do Instituto Butantan como um instituto de reputação ilibada, que todos nós respeitamos.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Conclua, por favor.

O SR. LUCAS RONDOLI – Está claro que todas as associações presentes não vão recuar e barrarão a construção desse complexo fabril no Butantã. Se o IB está realmente preocupado com a urgência do projeto, diante de uma suposta falência do SUS, é melhor que já inicie a implantação e uma alternativa locacional adequada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Por favor, eu não vou tolerar, após o término, a conclusão das falas. Eu acho que ficou bem acertado, aqui, na última reunião, em que nós tivemos a audiência pública. Todo mundo respeitou. Então, eventualmente, é importante que todo mundo se atenha ao tempo. Peço ao Cido que informe, faltando 10 segundos para a

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 24 DE 62

conclusão dos trabalhos.

O próximo é o Sr. Vanderlei da Cruz.

O SR. VANDERLEI DA CRUZ GARCIA – Bom dia, pessoal. Em minha manifestação na primeira audiência, eu me ative à identificação do tamanho, abrangência e impacto das atividades previstas no PDDI do Instituto Butantan: o que a construção de mais seis edifícios, ampliando atividades fabris em uma área predominantemente residencial e tombada, acarretaria à vizinhança, sob os aspectos de tráfego, poluição ambiental, ruído e risco biológico.

Afirmei que se trata da implantação de fábricas de alta tecnologia e alta capacidade de produção, envolvendo alto consumo de energia e grande quantidade de rejeitos, incluindo aqueles considerados contaminantes e que necessitam de um tratamento específico de alto risco.

Reportei que as implementações já realizadas, de forma antecipada, desse grande projeto, são sentidas pelos moradores da vizinhança, que, além do incômodo sentido, se sentem impotentes no atendimento de suas solicitações de intervenção do Poder Público, nos PSIUs, nos BOs e em tudo mais, devido à incúria ou à incapacidade de ação de seus agentes.

Na primeira audiência, foi apresentada pela direção do Instituto Butantan uma alternativa de implementação aparentemente mais adequada e sensível aos problemas levantados pelos moradores. No entanto, a solução verificada no substitutivo publicado não retrata a apresentação realizada, mas, pelo contrário, cristaliza de forma clara e detalhada a liberação ainda mais ampla para as implementações das intervenções originariamente colocadas no PDDI do instituto, possibilitando, ainda, expansões futuras mais drásticas de ocupação de solo e incomodidades à população.

Isso fica explícito, além de outros pontos, no item VIII do substitutivo:

“Aplicam-se os parâmetros de incomodidade definidos na zona ZPI-2, Zona Predominantemente Industrial, nos termos do quadro (...), permitindo valores de até 65 decibéis.”

Vou retomar algumas perguntas feitas na reunião anterior e coloco mais uma para o futuro. Como é que a Cetesb fornece licença de operação dos vários equipamentos, indicando

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 25 DE 62

que essa licença foi dada a partir de informações do interessado, sem ter exigido o respectivo plano de monitoramento para confirmar as informações fornecidas? Onde estão os alvarás de funcionamento dessas instalações? A gente procurou, em todos os momentos, em todos os canais, o alvará de funcionamento das instalações, implícito em exigências da licença de operação, e não o localizamos na Prefeitura. São esses alvarás sigilosos e permanecerão assim também para as implantações futuras? Por que, nesse substitutivo, fica liberada a necessidade de um PIU específico à ZOE-Butantã? Elaborado conforme estudo para os outros, é exigido um PIU/ZOE específico, elaborado conforme estudos técnicos, as etapas de participação social e demais exigências previstas no artigo tal e tal, da lei de julho de 2014.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Sr. Vanderlei. A próxima é a Sra. Marisia Batista. Depois, serão a Sra. Domitila Silvia Farina e, em sequência, o Sr. Artur Galli, da Liderança do PP.

A SRA. MARISIA BATISTA REIS - Nós, moradores do Bairro do Butantã, estivemos aqui no último dia 5, na primeira audiência pública do PL 691. Nos últimos meses, criamos um movimento SOS Instituto Butantan para pedir a preservação do Instituto e zelar por ele, que é motivo de orgulho da população de São Paulo e do Brasil.

Esse sentimento de orgulho, no entanto, está ameaçado por um PDDI que já nasceu irregular. Apontamos todas as irregularidades nesta primeira audiência e mais detalhadamente, num dossiê distribuído a todos os vereadores desta Casa. Eles não poderão dizer que não sabiam.

Sentimos na audiência da semana passada que acabamos participando de uma farsa. Estiveram aqui presentes o Diretor e o Corpo Técnico do Instituto Butantan para explicar um projeto substituto ao PL 691, que já tinha sido aprovado em primeira instância, mas que estava pegando mal, junto à opinião pública.

A sensação de que ficamos, foi de que vieram amenizar o tamanho do estrago que o PL 691 sofreu por causa de nossas denúncias.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 87

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 26 DE 62

Vieram para dizer: não vamos cortar 6600 árvores agora, só 1700. Só espécies invasoras, num canto pequeno do terreno. Vieram para contar só uma ínfima parte da história. Com a aprovação deste substitutivo do PL 691, vai ser permitido a derrubada de quase toda a mata, a construção de fábricas em várias áreas do terreno, que deixa de ser uma zona especial, futuramente afetando toda a área envoltória.

Soubemos que há poucos dias os grandes interessados nesta aprovação fizeram uma reunião com alguns vereadores desta Casa, provavelmente, no sentido de acertarem a aprovação desse projeto de lei.

Brindam em nome do destombamento de área verde, em nome da especulação imobiliária, não brindam em nome da saúde. Comemoram a derrubada da mata nativa, comemoram o ar poluído que a população vai respirar, comemoram um barulho ensurdecedor dos chillers e geradores que a população já ouvem e vão ouvir mais ainda e comemoram um risco biológico a que essa população está exposta.

Os vereadores que votarão “sim” ao PL 691 assinarão as mortes das árvores, dos animais que dependem delas e ao adoecimento da população local. Assinarão o óbito do bairro do Butantã e asfixia da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Próxima inscrita, Sra. Domitila Silvia Farina.

A SRA. DOMITILA SILVIA FARINA – Excelentíssimos Vereadores presentes e representantes do Executivo, convido todos a refletirmos juntos sobre a relação do PDDI do Instituto Butantan, ao PL 691, o seu substitutivo e uma centopeia de Salvador Dalí, formada por inúmeros calcanhares de aquiles.

A tão necessária expansão do Instituto Butantan e o seu papel fundamental na pesquisa científica e na produção de soro e vacinas são incontestes. Autossuficiência brasileira no setor repousa principalmente nesse trabalho.

Por esta razão, o nosso movimento SOS Instituto Butantan reitera a ampliação do gigante que é o Instituto não pode ser erigida, sobre a fragilidade de inúmeras irregularidades. O PDDI é de a autoria de um Arquiteto condenado pelo TJ, o Sr. Faggin. Há quatro anos o projeto

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 27 DE 62

avança ignorando a determinação do Ministério Público para que ele fosse paralisado por suas irregularidades. Como o corte de 1000 árvores de preservação permanente, a demolição de construções históricas, a construção de edificações próximas a nascentes, o descumprimento de etapas obrigatórias do licenciamento, tais como a realização de audiências públicas, apresentação de relatórios EIA -Rima, de impacto socioambientais e de alternativas locacionais.

Na primeira audiência, o Dr. Kallás afiançou algo que não foi questionado, até agora, ao afirmar que o Plano Diretor foi aprovado pelo Tribunal de Contas. O que questionamos é, como ele obteve a aprovação da Cetesb e do Conpresp?

A redução do nível desmatamento, replantio apresentados pelo substitutivo não são medidas plausíveis. Como nenhuma árvore de mata protegida pode ser cortada, uma indústria de vacinas de risco elevado não pode ser instalada em área tombada, em bairro densamente povoado.

O argumento contra alternativa locacional apresentado, aventado pelo Dr. Kallás se refere a prazos assumidos com o Ministério de Saúde – OPAS.

Ora, tais compromissos simplesmente não poderiam ter sido assumidos sem considerar o devido tempo para expansão do Instituto em local adequado.

A esses calcanhares de aquiles somam, se as próximas etapas autorizadas pelo substitutivo: prédios de gabarito superior ao permitido; corte de milhares de árvores protegidas, item 16; ampliação de 50% da área construída, item 15; atividade industrial geradora de impactos urbanísticos e ambientais, item 12-E; uso não residencial ou incômodo a vizinhança 12- D; Parâmetros de incomodidade de zona predominantemente industrial, item 7.

Outra pedra no calcanhar dessa centopeia surrealista é aventar hipótese de dividir a planta do IBE. A Justiça pode tardar como o acontecido na espera de 14 anos pela condenação do Sr. Faggin e dos Vereadores de Guarulhos. Mas o Instituto Butantan não pode esperar.

Com a posição de cada uma de V.Exas. quem estará ao lado do Instituto Butantan exigindo conosco legitimidade, locação adequada à sua expansão? Quem votará contra o Instituto Butantan a favor do PL 691de seu substitutivo? Qual Vereador se responsabilizará por

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 28 DE 62

colocar a segurança imunológica do Brasil e a garantia de suprimento necessárias ao SUS nas costas, essa grotesca centopeia daliniana...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - O tempo da senhora, ultrapassou, quase um minuto. Muito obrigado. Próximo, Sr. Artur Galli, da Liderança do PP.

O SR. ARTUR GALLI - Bom dia a todos! Bom dia a todos os Vereadores. Estou representando a Vereadora Janaina Paschoal e em relação a fala da Vereadora Renata Falzoni, peço que documentação seja enviada a Vereadora, porque as perguntas dela foram muito relevantes para análise desse projeto. Especificamente vou falar, rapidamente, quanto à questão dos incisos 13 e 15 do Art. 2º, que faz referência à questão da possibilidade de usos não autorizados à ampliação desses usos e a autorização para realização de eventos para fins culturais. Peço esclarecimentos ao Instituto Butantan, quanto a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado. Próximo, Sr. Lucca Vinter; em seguida Sra. Rosalia do Carmo Larrubia e Élio Camargo.

O SR. LUCCA VINTER - Bom dia a todos! Primeiramente, cumprimento os vereadores presentes, o Secretário Rodrigo Ashiushi. Sou o Luca, Assessor Vereadora Janaina Pascoal. Venho aqui para fazer um comentário complementando a fala do Vereador Nabil.

Semana passada estive presente na audiência e como foi apresentado tanto pelo Tadeu como pelo Sr. Renan, que estão presentes, o projeto de 2025, que mudaria o Plano Diretor de 2024 do Butantan. Bom, dentro desse projeto foram estabelecidas três áreas. Temos a área verde protegida, a área industrial atual e as áreas de expansão. Do substitutivo que foi apresentado nessa última semana, ficou claro a partir do mapa 2, que a área em tese seria preservada e havia sido apresentada como uma área protegida. Ela foi apresentada como uma área hachurada no mapa e que teria o gabarito máximo de 35m.

A pergunta que eu deixo aos presentes: Qual o objetivo, no substitutivo, de deixar essa área com 35m, considerando, que foi apresentada como uma área que seria preservada? Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado! Próxima, Sra. Rosalia do Carmo

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 29 DE 62

Larrubia.

A SRA. ROSALIA DO CARMO LARRUBIA - Bom dia! Eu, sou munícipe, eu não moro no Butantã, mas eu vim trazer meu apoio.

Participo do Coletivo Jurubatuba Mirim, do Coletivo Pró-Pinheiros e tenho acompanhado a situação. Eu me pergunto, que coisa é essa, colocar, aumentar a planta industrial ao lado da maior Universidade, que temos no Brasil? O que é isso?

Onde que esse povo está com a cabeça? Me desculpa! Eu não vou ser técnica. Eu vou falar do meu jeito. Retórica é tudo! Os profissionais do Direito que o digam. Conseguem transformar retórica e a área da propaganda. Conseguem transformar torre de incineração e aterro em Eco parque. Consegue transformar tudo. Com propaganda, com manipulação, com falácias a gente consegue transformar a realidade. Dá um prato de alguma coisa bem ruim e fedorenta para comer e falar, não! Isso é caro, isso é bom, isso vai ser bom para você. É isso que eu sinto.

Com esse substitutivo a impressão que eu tenho é que eu volto no túnel do tempo, no Plano Diretor, quando já estava ruim, e aí eles botaram o bode na sala e piorou. Piorou, para depois chegar onde queriam. É essa a técnica. É isso que acontece e é isso que a gente está cansado. Maldito neoliberalismo que tem acabado com a cidade. Acabado com tudo. Nós não temos mais vida, a gente não tem mais sossego.

Porque é mercado imobiliário, é isso, é aquilo, é aquilo outro. Nos tira o ar, nos tira água, nos tira tranquilidade, nos tira o silêncio. Quando é que nós vamos parar com isso? Como fazer uma planta industrial e aumentar ao lado da USP? Gente! Ninguém pensa que industrial aumenta, que ela pode crescer e que hoje está pequenininha, depois vai precisar aumentar mais ainda. Ninguém lembra de Chernobyl, que vazou. Ninguém lembra que existem riscos e que devem ser... Não adianta falar assim: Ah, vamos pegar só um pedacinho.

Não! O projeto todo é ruim. É isso. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Próximo, Sr. Élio Jovart Bueno Camargo.

O SR. ÉLIO JOVART BUENO CAMARGO - Bom dia, senhores. Eu não sei o que é

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 30 DE 62

apresentação da solução de um prédio de 16 andares para produzir vacinas. Isso parece mais uma aberração.

Porque é impossível misturar nesse prédio a produção de seis vacinas inicialmente, porque depois querem fazer mais. A vacina é um produto biológico, não é um produto farmacêutico, e não pode correr o risco de contaminação entre elas. Não foi considerado, hipoteticamente, a construção de um prédio de 16 andares, que demoram meses, sem dizer anos. Como quer atender as vacinas que precisa o Ministério? Há impossibilidade de produzir vacinas numa mesma instalação. Isso não existe. O abastecimento e o fornecimento precisam ser separados. Tudo isso sem considerar o alto custo de produção que seria de levar material lá para cima para processar e depois trazer e armazenar, onde?

Isso é inviável. É loucura isso que se falou. Para mim parece mais uma desculpa para aceitar o PL depois a gente avança e destrói outras áreas necessárias para avançar.

Eu acho que a melhor solução de tempo e custo é fazer em área fora da área urbana, longe da maior universidade do país, que corre o risco de contaminação biológica. Imagina! O Covid começou lá em Wuhan, numa instalação de produtos biológicos. E nós estamos correndo o risco novamente.

Os Srs. Vereadores precisam tomar consciência disso, de suas responsabilidades e não simplesmente atender alguém que pediu, de cima para baixo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Obrigado. Fui lembrado, pela assessoria, de que nós temos pessoas *on-line* que se inscreveram. Sr. Rogério Bertani.

O SR. ROGÉRIO BERTANI - Boa tarde a todos! Eu sou Rogério Bertani, Pesquisador do Instituto Butantan. Trabalho há 30 anos aqui e frequento há mais de 50 anos o Instituto Butantan. Acho que eu sou o único servidor público que está participando – do Instituto Butantan concursado - estar participando dessa audiência pública. Porque todas as pessoas que eu estou vendo, tanto na audiência anterior quanto na atual, são empregados da Fundação Butantan. Uma empresa privada. E essa empresa, hoje, em dia ela tem 90% do Instituto Butantan são empregados da Fundação Butantan enquanto o Instituto está declinando. Somente 10% do

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 31 DE 62

Instituto Butantan são funcionários públicos.

Eu compartilho das mesmas preocupações da sociedade quanto aos impactos do Plano Diretor. A sucessão de obras realizadas nos últimos sete anos, têm provocado uma série de problemas com a pesquisa científica. Problemas de oscilação de energia elétrica com queima de equipamentos, problema de armazenamento em freezer que desliga e todas as amostras são perdidas, problemas com poeira, ruído de obras, trepidações. Também, me preocupa muito é a presença de veículos de obras transitando junto aos visitantes no Butantan. Já flagrei diversas vezes, caminhões grandes, caminhões caçamba, tratores passando ao lado de visitantes com carrinhos de bebês. Escola chegando com crianças e adolescentes cruzando a rua enquanto passam trator ou um caminhão caçamba.

Então, eu imagino que essas obras vão durar por mais uns 10 anos, pelo menos esse risco vai continuar, tanto para pesquisa científica, quanto para os visitantes.

Ontem, diversos vereadores da Base do Sr. Prefeito participaram de um evento no Palácio dos Bandeirantes em favor do PL 691 e da ciência. Nesse exato momento, colegas pesquisadores científicos da saúde, incluindo o Butantan, Meio Ambiente e Agricultura, estão na Alesp. para pedir a retirada de PL encaminhado pelo Governo do Estado que atinja de forma nefasta a carreira de pesquisador científico de São Paulo.

Os institutos de pesquisa antecedem as próprias universidades estaduais e foram responsáveis pelo apoio à produção agrícola, que impulsionou o progresso econômico no estado de São Paulo.

Então, afinal, quem é contra a ciência? Quem está pedindo a preservação? Lembro que as doenças cardiovasculares e oncológicas são as que mais matam no mundo. A poluição e a vida urbana estão diretamente relacionadas ao aumento de caso dessas doenças. Quem é contra a doença?

Concluindo, quero dizer que o Instituto Butantan é o responsável pela manutenção da área verde. Se houve uma invasão de espécies exóticas, deveriam ter sido retiradas pela própria instituição. Propor a substituição dessas árvores, eu acho isso um atentado à inteligência.

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 32 DE 62

A natureza, ela se regenera por si própria. Basta deixar a fauna, deixar os tucanos, os saguis, eles são aspersores de sementes. A floresta se regenera, basta tirar as espécies invasoras. Trocar isso como compensação ambiental é um atentado à inteligência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. Próxima escrita, de forma virtual, Catarina Gonçalves da Silva, Sra. Catarina? Catarina, ausente. Está aqui? Mas a senhora se inscreveu aqui de forma presencial.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Então, a senhora aguarda aqui, eu vou colocar a senhora como última escrita. Está no presencial. Obrigado. Então, fala aqui. Fala agora. Pode falar, Catarina.

A SRA. CATARINA GONÇALVES DA SILVA – Olá, boa tarde. Desculpe, é que eu estava com um pouco de dor, demorei para chegar. Eu pensei em fazer uma fala técnica, porque muitos do Butantã não sabem, eu sou formada em técnica em meio ambiente, só que eu não estou aqui como técnica, eu estou como moradora, que demorei quase uma hora para chegar aqui, porque a Vital Brasil estava intransitável. Então, eu quero ver como que eles vão colocar uma indústria numa localidade que já tem muito prédio, já tem muito trânsito. Eu trabalho aos sábados numa feira ali do lado do Instituto. A gente vê caminhão chegando, a gente vê trânsito. Isso num sábado. Imagina isso durante a semana. E eu falo também como visitante do Instituto.

Eu visito o Instituto desde criança, visito o Instituto para pesquisa, porque tive questões com aranha, visito para saber sobre animais, enfim. Só que aqui eu falo como uma pessoa que mora próxima ao Instituto e que vai ter um trânsito absurdo. Sem contar as questões ambientais.

Eu poderia falar aqui de todas as questões de EIA/RIMA que eu estudei no curso. Fui muito bem formada e sei muito bem do que todo mundo está falando aqui. Mas não é isso que eu estou falando, eu estou falando como moradora e como pessoa que está vendo as pessoas do entorno doentes por conta desse barulho e dessa indústria que não vai servir. De

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 33 DE 62

que adianta ter vacina se a gente vai ter uma população toda doente no entorno? Isso é um contrassenso. Vocês têm localização para fazer essa indústria em outro lugar.

Em nenhum lugar do mundo, isso seria viável. No Brasil é viável por quê? A gente quer ter protagonismo fora do mundo em questões ambientais e não tem. E nunca vai ter, porque aqui o jeitinho sempre vence. Falo como moradora, como frequentadora desse Instituto. Nós não queremos essa indústria ao nosso lado. Vocês querem? Então está bom, vai morar lá do lado. Vai morar, vai pegar a Vital Brasil todo dia para saber o que é. Vai morar do lado de uma indústria fazendo barulho. Tem gente que nem está aqui mais porque está doente em casa por conta desse barulho. Há três meses ouvindo barulho. Pessoas que já eram doentes, que vão ter que vender seus apartamentos por não poderem morar lá. Então, não falo por mim, falo por todo mundo que está aqui ou alguém que frequenta esse Instituto desde criança. E pelo protagonismo que esse Instituto tem.

Vocês estão acabando com o protagonismo do Instituto. Essa é a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigada. Próxima, de forma virtual, a Sra. Marisia Batista Reis. Já falou aqui? Obrigado. Sonia Império Hambúrguer, *online*. Por favor, a Sra. Sonia.

A SRA. SONIA IMPÉRIO HAMBURGUER – Boa tarde. Eu acompanho esse processo desde 2019. Sou moradora, vizinha do Instituto Butantan desde criança. Frequento o Instituto desde criança. Tomei a vacina da meningite no Instituto Butantan. Para mim, é uma tristeza muito grande ver a que ponto que nós chegamos, sendo que a gente está alertando dessa situação e dos impactos que isso vai trazer para o próprio Instituto Butantan desde 2019 e mais fortemente desde 2022, quando a gente abriu um inquérito civil no Ministério Público. Muito triste mesmo.

Eu fico muito surpresa de ver a apresentação que o Instituto Butantan nos trouxe hoje, porque a gente conhece estudos do próprio Instituto Butantan sobre a riqueza ambiental do Instituto. Nós vimos, nesses últimos anos, impermeabilização de solo, corte de árvores, são mais de mil árvores suprimidas. Então, me surpreendeu muito esse discurso.

Eu quero chamar a atenção dos Vereadores para os impactos que um complexo industrial de seis fábricas vai ter num local que é um local de preservação e num local residencial. São impactos muito fortes. É um complexo industrial vertical de fábricas de 15 andares, 48 metros. E eu pergunto, para onde vai expandir depois esse complexo fabril? Um complexo fabril, um investimento dessa monta tem que ser feito em local que possa expandir futuramente. E, evidentemente, tem que ser feito fora do perímetro urbano. Então, eu apelo aos Vereadores pela saúde dos moradores da cidade de São Paulo, tanto do ponto de vista ambiental como do ponto de vista do impacto social.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Sra. Sonia. De forma *online*, o Sr. José Antonio Oka.

O SR. JOSÉ ANTONIO OKA – Oi, boa tarde. Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todas e a todos. Eu sou morador da Zona Oeste da cidade e participo do Fórum Verde Permanente. Eu quero iniciar a minha fala lembrando um trecho da justificativa do Executivo para esse PL. As atividades do Instituto são essenciais para o desenvolvimento e para a saúde em âmbito nacional. Eu queria deixar manifestada a total concordância com isso. Vacinas e medicações para toda a população via SUS, sim.

Dito isso, desde 2019, como outros já manifestaram, há muitas preocupações de como o Instituto e a Fundação têm conduzido as atividades de expansão. Expansão fabril. Até o momento, isso tem sido executado com forte prejuízo ao meio ambiente, o que prejudica toda a cidade. Além de outros prejuízos à qualidade de vida da população próxima. No inquérito mencionado, no inquérito civil do Ministério Público, lá a gente vê que já foram cortadas mil árvores, que foi aberto um canteiro em APP de córrego para a instalação de um bota-fora, que é para a deposição de materiais da obra. E isso é tão grande que você consegue ver isso no Google. É uma área devastada atrás de uma lanchonete.

Sobre a qualidade de vida, a população já registrou inúmeros boletins de ocorrência por causa de um ruído diuturno vindo do Instituto. Isso está provocando crise de saúde pública, saúde física e mental para a população local. E apesar das inúmeras tentativas ao longo dos

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 35 DE 62

anos, e durante o trâmite aqui na Câmara, a população não tem conseguido participar efetivamente das decisões que a impactam. Depois de uma primeira audiência, com promessas de redução de impactos, a surpresa, um substitutivo que, salvo engano, piora a situação. Libera atividades industriais de alta incomodidade e estabelece regras não claras sobre a preservação da vegetação. Entre outras definições graves.

Uma parcela importante da vegetação do Instituto é caracterizada como sendo de Mata Atlântica, e, portanto, é protegida pela lei, a Lei do Bioma de Mata Atlântica, 11.428, e a Constituição Federal. Essa caracterização é apontada pelo próprio Governo do Estado, no inventário florestal de 2020, e no laudo de vegetação que o próprio Instituto enviou à Cetesb para obter uma licença ambiental. Além disso, o bioma Mata Atlântica é patrimônio mundial reconhecido pelo Unesco desde os anos 90, 1990.

Portanto, liberar atividades industriais de alta incomodidade nessa área é um atentado, é um crime contra gerações presentes e futuras deste país e do mundo. Liberar atividades industriais em bioma protegido, neste ano de COP no Brasil, quando existem áreas alternativas, é gritar para o mundo que nós não sabemos planejar, nem sequer buscar locais adequados, que faremos as necessárias vacinas destruindo o meio ambiente. É uma irresponsabilidade. Por isso, senhoras e senhores, não ao PL 691, não ao PL da devastação do Instituto Butantan.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado. Próxima escrita, estou vendo ali na tela, a Dona Shirley. Dona Shirley, por favor, a senhora tem três minutos.

A SRA. SHIRLEY SCHREIER – Obrigada. Eu vou começar, primeiro, realmente homenageando esse pessoal espetacular que está fazendo esse trabalho de defesa do Instituto Butantan e dos interesses da população, que seria, eu acreditava, também comum aos Vereadores e aos governantes em geral. Parece que não é bem assim. Eu também queria fazer uma declaração de amor às árvores, por quê? Eu sou professora de bioquímica e a primeira aula que eu dou, eu explico que nós recebemos oxigênio produzido pelas árvores. Elas absorvem o

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 36 DE 62

CO2 que nós exalamos, para nos beneficiar, então elas produzem oxigênio. Eu acho que nenhum homem tem o direito de cortar nenhuma árvore. Uma árvore merece um santuário. Como é que essas pessoas vêm e cortam daqui e cortam dali?

Agora, chegando um pouquinho mais no concreto, o seguinte, o Instituto Butantan tem mais de 100 anos e uma história digna de homenagem. O Vital Brasil veio morar dentro do Instituto Butantan quando era difícil atravessar o Rio Pinheiros, para trabalhar aqui, onde tinha muita mata. A Fazenda Butantan foi comprada para ele poder trabalhar em isolamento. Então, foi crescendo e ele fez fama, e outros sanitaristas da época também fizeram fama. Em 1991, eu vou falar realmente como eu vejo, o professor Isaias Raw, que era diretor do Instituto Butantan, ele teve a intenção de criar uma fundação, porque assim o dinheiro ganho pela venda de produtos viria diretamente para o Instituto, que poderia se tornar uma das melhores instituições de pesquisa do mundo, com esse dinheiro.

Mas, infelizmente, nós sabemos que fundações são frequentemente problemáticas, parece que vai até haver uma CPI de fundações, e essa fundação está destruindo toda a história do Butantan. Além disso, está destruindo o futuro, por tudo que já foi falado aí, por todos. Então, é só isso que eu queria falar, eu só penso que os senhores Vereadores e outros governantes têm famílias, têm filhos e netos, e eu quero só saber que mundo eles querem deixar para seus descendentes, onde dá para sobreviver ou não dá para sobreviver.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. Próxima inscrita, Sra. Eliana Maria. Estava no virtual, mas, como já está aqui presencial, também já chamo.

A SRA. ELIANA MARIA JANEQUINE – Bom dia a todos, boa tarde. Bom, diante de tudo o que foi dito, acho que é inquestionável que o projeto de Lei 691 ou seu substitutivo, que é ainda mais substitutivo, mais destruidor, permite o imediato fato consumado. Quando a devastação for julgada ilegal, as consequências já se farão sentir. Bem, sem preservação ambiental, as vacinas serão pouco eficientes contra o consequente desequilíbrio ecológico. Como sempre, os primeiros prejudicados serão os mais carentes, mas, ao final, as nefastas consequências atingirão até mesmo os que se beneficiam com a devastação. E quem disse que

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 37 DE 62

precisamos devastar o ambiente para produzir vacinas? Esse gigantesco complexo fabril vertical deve ser integralmente transferido para local adequado onde vacinas possam ser produzidas com segurança e eficiência também no longo prazo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. Próxima, Sra. Patrícia Coelho, do SOS Instituto Butantan. Três minutos, por favor.

A SRA. PATRÍCIA KONCZ ROHWEDDER COELHO – Sr. Presidente, antes de falar o que trouxe, gostaria de pedir ao senhor a criação de uma audiência pública no Butantã aos sábados. Porque não temos condições de trazer a população aqui em horário comercial, as pessoas estão trabalhando. Eu sei que esta Casa tem ido aos bairros abrir as portas, como a própria divulgação traz. Então, eu queria fazer este pedido ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Essa audiência pública deveria ser solicitada no início dos trabalhos. Essa é a segunda e derradeira audiência pública. O público pode, inclusive, participar de forma virtual, como a Sra. Shirley. Sentimos falta da senhora aqui hoje, Dona Shirley, que fez uma fala bastante pertinente. A gente pode respeitar muito a fala. Então, Sra. Patrícia, esta é a última e derradeira audiência pública, seguindo o Regimento. Entendemos que aqui o SOS Instituto Butantan fez todas as contribuições necessárias e, pela interlocução de vocês, podem chegar à sociedade de uma forma geral. E o uso da tecnologia através do sistema virtual, onde alguns dos senhores, inclusive a senhora, que fez a inscrição de forma virtual, que poderia, inclusive, fazer da residência da senhora. Então, era incentivar as pessoas a participarem. Desde o início do trabalho híbrido nesta Casa, a grande maioria das audiências públicas tiveram um número recorde de participantes, inclusive de forma virtual, o que propicia a essas pessoas, inclusive nos seus horários de trabalho, dedicarem um tempo a participarem de uma audiência pública. Então, desta forma, na qualidade de Presidente da Comissão neste momento, entendo que esta é a última e derradeira audiência pública referente a este projeto.

Muito obrigado.

O SR. NABIL BONDUKI – Presidente, eu queria fazer a seguinte ponderação.

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 38 DE 62

Amanhã nós vamos ter uma reunião da Comissão de Política Urbana com todos os membros. Então, eu proporia que a gente levasse esta proposta para a comissão amanhã e pudesse deliberar com o conjunto da comissão para poder tomar uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Não há problema nenhum. Eu faço parte da Comissão de Política Urbana e farei o meu pleito acerca daquilo que, inclusive, acabei de discutir neste momento. Muito obrigado.

Tem a palavra a Vereadora Silvia. Só com referência, nós temos ainda pessoas inscritas e nós falamos do horário aqui da nossa audiência pública. Então, eu só queria me ater, Patrícia, que a senhora fosse utilizar o seu tempo para a sua fala e depois eu abro para os Vereadores e Vereadoras aqui. Inclusive, tem Vereadores que chegaram cedo aqui, o Hélio, a Marina, eu, depois veio a Keit, e a gente fazia a sequência, o Celso, para as manifestações. Vereadora Silvia, muito obrigado.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Eu não vou fazer uma fala, eu só vou fazer uma pela ordem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Pois não.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Em relação ao senhor falar que é a derradeira audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – São duas regimentais, Vereadora.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – São duas regimentais... Deixe-me concluir. São duas regimentais, porém, não precisam se limitar a duas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Mas foi isso que eu disse.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Eu não consigo falar, Presidente. Veja bem, são duas audiências públicas regimentais, mas não há necessidade de ser derradeira. Por quê? A Câmara Municipal tem o poder de chamar outras audiências públicas, não precisa se ater a duas regimentais. Então, se o movimento quiser reivindicar mais uma audiência pública, tem toda a legitimidade para reivindicar, inclusive no próprio território. É um pleito que eles estão trazendo para a Câmara, esta, oficialmente, regimentalmente, tem a obrigação de fazer duas,

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 39 DE 62

mas não tem a obrigação de não acatar uma proposta que venha do Movimento. Só queria deixar isso bem nítido.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Nobre Vereadora, só respondendo a V. Exa, acabei de responder ao nobre Vereador Nabil, que faz parte da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, de que por esta presidência, essa é a derradeira. Inclusive, ele falou e solicitou que amanhã, na audiência ordinária, na reunião ordinária da Comissão de Política Urbana, trouxesse esse assunto e debatesse entre os membros, votasse por uma outra, ou não, audiência pública. Acho que a Comissão pertinente, a Comissão de Política Urbana. Por isso que eu acatei a fala do nobre Vereador Nabil.

Prosseguindo, a Sra. tem 3 minutos, ou melhor, menos do que isso, tem 1 minuto e 14.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA PATRICA KONCZ ROHWEDDER COELHO - Eu poderia ter o meu tempo...?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Pode, pode. 3 minutos.

A SRA PATRICA KONCZ ROHWEDDER COELHO - Obrigada, Vereador. Bom, meu nome é Patrícia. Sou moradora do Butantã há 25 anos e - venho - hoje diante desta Casa falar em nome do Movimento SOS Instituto Butantan para manifestar o nosso repúdio ao Projeto de Lei 691 e a minuta do substitutivo apresentada com teor completamente inesperado. Trata-se de um texto de que desrespeita princípios básicos do planejamento urbano, ignora mais uma vez a participação da população, e se mostra totalmente contraditório em relação ao que foi apresentado pelos técnicos e pelo próprio diretor do Instituto Butantã.

Esta minuta publicada ontem tem como objetivo viabilizar integralmente o Plano Diretor de desenvolvimento integrado, diferente do discurso que foi apresentado na última audiência.

Essas contradições começaram na véspera da primeira audiência, no dia 4, no Programa SP2, quando o Sr. Esper declarou à população que nenhuma árvore seria derrubada. Continuaram no dia 5, quando afirmou que o impacto arbóreo de 6.600 árvores seria reduzido a 1.500 exóticas, 150 nativas, e – depois-, com a divulgação do substitutivo que permite a execução completa do PDDI, e - com isso- a derrubada das 6.600 árvores inicialmente solicitadas.

Esta minuta libera o loteamento de todo o terreno, é completamente diferente do mapa apresentado aqui na audiência, autoriza atividades industriais de alta incomodidade, permite eventos no

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 101

REUNIÃO: **21254** DATA: **12/08/2025** FL: **40** DE 62

local e ruídos acima de 65 decibéis, equivalentes à área industrial, regulariza e permite a ampliação em 50% de empreendimentos problemáticos, como o atual biotério, e autoriza o corte de toda a vegetação.

Esses pontos deixam claro que existe uma dinâmica inaceitável entre o discurso e a prática e as ações efetivas.

Nobre Vereador Fábio Riva, como Líder do Governo nesta Casa, o Sr. sabe que - com a maioria já garantida na Câmara - este processo está sendo conduzido apenas para cumprir formalidades, enquanto isso, a população é afastada das decisões que afetam diretamente a sua saúde física e mental.

Quero reforçar que o apelo legítimo da importância das vacinas não pode ser usado como justificativa para atropelar Direitos Fundamentais e processos.

Última frase... Somos a favor da vacina, mas em local adequado e de forma sustentável. No Butantã, o que é urgente é a preservação, é a recuperação ambiental do crime que já foi cometido. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Próxima inscrita, voltando aqui, a Sra. Suzana, do Cades Butantã. Já seria a próxima. É Sra. Suzana Saldanha, é isso?

A SRA. SUZANA SALDANHA – É.

Como disse, eu sou do Cades Butantã, e amanhã vou assumir o Cades Municipal, pela Associação Cultural do Morro do Querosene. Então, saúdo aqui o Sr. Secretário, o Sr. é meu pastor e nada nos faltará.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SUZANA SALDANHA – Enfim, confio. Confio.

Quando o Instituto Butantã foi criado, foi alocado longe da cidade. A Faculdade de Medicina e a Faculdade de Higiene e Saúde, na Dr. Arnaldo, precisavam ser próximas à população. A cidade era muito menor e o Butantã era quase outro município, com áreas de matas e campos, isolando da centralidade. E, por que isso? Porque eram pesquisadores responsáveis que sabiam que precisavam proteger a população, ao contrário da Medicina e da Faculdade de Higiene para as quais serviram e trabalhavam, e que precisavam estar próximas ao Centro.

A cidade cresceu. O centro se deslocou para a Paulista e para a Faria Lima, para o Oeste, onde está o Instituto. O bairro do Butantã se adensou e não é mais ermo, distante. Não é mais local para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 102

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 41 DE 62

manipulação microbiológica segura. Assim como os antigos e responsáveis pesquisadores e produtores de vacina, pedimos aprendam com a ancestralidade.

O processo de instalação deste Projeto foi tão oculto da população, que só viemos a nos dar conta do que ocorria pela supressão das árvores. Por que nos esconderam o que estavam planejando? Por que só sabemos, agora, o que está sendo implantado à revelia do seu entorno? Transformar uma área em ZPI, dentro de uma mata importante, é uma agressão, assim como para as zonas residenciais.

KPIS são áreas de interesse de intensa atividades, sons estranhos e muitas vezes ensurdecadores e com alto risco de poluição de todos os tipos. Aqui estamos diante da mais séria, a biológica.

Em dezembro de 2023, quando a rede ambiental Butantã trabalhou na Lei de Zoneamento e conquistou, junto a outros grupos o Butantã, 5 ZEPAMs para a nossa região. Olhamos a ZOE e ficamos tranquilos quando o Instituto Butantã, aquele que nos protege, iria tentar contra as suas próprias matas tombadas.

Ingenuamente, não pedimos Epam para a mata do Butantã. Ali, eu tinha somente 6 meses de ambientalismo. Apesar dos meus 60 anos, agi com uma menina ingênua. Hoje, sabemos que, para além de contratos firmados à nossa revelia, para ocupar e degradar áreas tombadas são firmados porque confiamos proteger. Se contratos foram feitos em áreas tombadas, se estão tentando mudar o zoneamento para acochambrar seus estranhos projetos, nós estamos aqui como os reais conservadores.

Nós somos os conservadores da saúde total, ambiental e humana e não aceitamos sermos protagonistas de meio de caminho, quando as decisões já foram tomadas e mal tomadas. Estamos falando não de indivíduos arbóreos, mas de um local privilegiado de mata, que deve ser trabalhado num corredor ecológico desde o Morro Grande, em Cotia, passando por 4 cidades.

A Zona Oeste, para que todos tomem consciência, é a menor área vegetal per capita da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – É para concluir. A Sra. já passou 30 segundos do seu tempo.

A SRA. SUZANA SALDANHA – Lembramos que temos 12,4 de mata Atlântica e os Campos paulistanos já estão praticamente extintos. Então, é nosso dever. Enfim, o recado está dado.

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 42 DE 62

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado. Sra. Milena Saad Malu, depois a Sra. Cecília Pellegrini e o Sr. Dinho Nascimento. E o último inscrito, Sr. Ernesto Maíra.

A SRA. MILENA SAAD MALU - Vou começar lendo o finzinho da fala da Domitila que não conseguiu terminar.

“Quem votará contra o Instituto Butantã, a favor do PL 691 ou do seu substitutivo? Qual Vereador se responsabilizará por colocar a segurança imunológica do Brasil, a garantia de suprimento necessário ao SUS e o futuro do Instituto Butantã nas costas dessa grotesca centopeia daliniana? A justiça pode tardar, mas a imprensa tem olhos de lince e o eleitor de V. Exas têm o voto à mão. Os três anos até as próximas eleições passam para a Câmara, passam rápido”. Domitila.

Eu vou falar uma fala rápida, porque eu não sou da fala, eu sou das imagens, nunca falo.

Essa história do manejo, do Butantã... Há 5 anos, quando começamos nessa luta, tivemos reuniões com a Kex e tudo. Fomos acompanhar Kex no Butantã. Entrei no Horto, que fazia muito tempo que não entrava, e estava tomado de seafórtia. Comentei com o pessoal do meio ambiente, falei: “Escuta, alguma coisa precisa ser feita... Agora, 5 anos depois, fui há 1 mês lá está 100 vezes pior. Agora, eles resolveram fazer alguma coisa porque tem que mostrar que alguma coisa está sendo feita.

Esse manejo que vai ser feito na área, no Horto, vão tirar aquele monte de coisa que não tinha que estar lá há muito tempo, vão fazendo na área de mata, mas vão fazer agora e daqui a 10 anos vão tirar tudo porque já acabou, pois não temos garantia nenhuma que isso vai continuar como área verde. Então, para que ficar investindo numa coisa que não sabemos o que vai acontecer?

E eu queria saber que estudo técnico foi feito, se algum estudo técnico foi feito, porque se está um absurdo de caminhão ali, na entrada na frente da escola, do posto de saúde. Um absurdo! Nem começou nada ainda. Onde vai entrar esses milhões, centenas de caminhões por dia para abastecer, para ir voltar no meio daquele bairro, que já está caótico porque é graça ao Plano Diretor, feito por esta Câmara maravilhosa, que detonaram aquela região. Estão construindo 50 prédios ali em volta, são 50, no mínimo, só ali num quilômetro. Vão pôr mais centenas de caminhões... “Ah, não, depois a gente abre a Raposo Tavares para fazer não sei o quê...”.

Vocês fazem um monte de absurdo, depois temos que ficar tentando melhorar, consertar o estrago, que não tem. Tem estrago que fica impossível consertar, e essa história toda que - de repente - monta esse esquema todo e vai para a concessão.

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 43 DE 62

Investimos uma fortuna e vai para a concessão. Essa reunião do Tarcísio de ontem deve ter sido ótima...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Sra. Cecília Peregrino.

A SRA. CECÍLIA PELLEGRINI - Olá, boa tarde. Eu estava aqui pensando, uma audiência pública na qual não encontramos uma pessoa falando a favor alguma coisa, está claro porque não temos defensores falando desse PL, que sejam defensores-moradores, que ouvem, que vivem ali?

Outra coisa que eu queria falar, estive na primeira audiência. Várias perguntas foram feitas pelo Vereador Nabil ao Sr. Esper, uma delas - tenho lembrança – era: por que não pode ser em outro lugar? Ele respondeu: “Ah, porque ia ser muito custoso, muito caro, se fosse num outro lugar”. Porém, pergunto a vocês: Quanto tem nos cofres da Fundação? Como vemos uma Fundação agressiva da maneira como ela é, com os portões que já vão em frente do posto de saúde, que antes não era daquele jeito. Tínhamos espaço para entrar e retornar. A Fundação foi caindo para cima da gente. Todos esses anos, vendo árvores sendo retiradas... que nem alguém falou, precisamos corrigir, cobrar, fazer, porque já é um crime ambiental que já foi realizado.

Outra coisa, o Instituto Butantã foi criado para pesquisa, não foi criado como fábrica. Fabricar produto é uma outra coisa. Precisamos saber botar ordem nas coisas. Vamos entender a pesquisa, vamos valorizar a pesquisa, vamos atender a pesquisa. Não dá para pôr tudo numa mesa. Não conseguimos. Este mundo está muito complicado. Vamos deixar o Instituto Butantan fazendo pesquisa. Mesmo pesquisas beneficiadas pela Fundação, mas a fábrica é uma outra coisa.

E, finalmente, nem sei quanto tempo eu tenho, mas - finalmente - eu queria só dizer uma coisa, vejo muito o zoneamento, se vai pôr tanto, aqui, tanto ali, tanto cá, tanto acolá, mas o impacto de vizinhança, quer seja uma torre só, ou seja, na horizontal, o impacto que já estamos sentindo, vejam bem, é o início. Não interessa se é, e não interessa se é invasor ou não é invasora. A professora falou muito bem, ela nos dá oxigênio. Vamos devagar, porque se for para tirar invasor eu vou ter que ir embora porque eu não sou nativa, sou italiana em ascendência.

Então, vamos devagar, pessoal. Quem negócio é esse? Eu agradeço.

Desculpem-me qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, D. Cecília.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 105

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 44 DE 62

Sr. Dinho Nascimento. Onde está o Sr. Dinho? Ele e o berimbau. E hoje vai ter acompanhamento da Dona Cecília.

Teve da outra? Teve? Então, está bom.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Mas, trabalhamos aqui também. Enquanto estamos aqui na audiência, a cidade urge.

- Manifestação antirregimental.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Vai dançar, Marina.

O SR. DINHO NASCIMENTO - Boa tarde. É o seguinte, este instrumento...

- O orador passa a se referir a um objeto em suas mãos.

O SR. DINHO NASCIMENTO - ... vemos aqui um instrumento de resistência. Mas, aqui também foi cortada uma árvore para fazer este instrumento. É um berimbau urucungo que, inclusive, para se cortar uma árvore, já que querem cortar... inclusive, os povos indígenas cortam árvores, povos africanos e povos no mundo inteiro, se tem a lua certa para se cortar. Então, é a maneira de você repor. Vamos tirar uma fruta, tem o momento certo, às vezes a fruta cai. Ninguém aqui está dizendo que não pode cortar. Eu vi a professora falando, eu a entendi. Não vamos cortando as árvores assim. Como este instrumento, que é um instrumento de resistência, um arco sonoro milenar, e é um instrumento que está até hoje, aqui, conosco. O berimbau urucungo que chegou, atravessou o Atlântico e mares e está aqui. Então, este instrumento tem muito a ver com a floresta. Eu, nós estamos aqui na resistência, mas estamos numa resistência de progresso, sim, de futuro e de presente e ancestralidade. Então assim...

- Apresentação musical.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Parabéns por abrilhantarem a nossa audiência pública!

Tem a palavra o Sr. Ernesto Maeda, do CPM Butantã.

O SR. ERNESTO MAEDA – Boa tarde, Srs. Vereadores, Sr. Secretário e todos os demais presentes.

Procurarei ser breve, pois muitos pontos já foram contemplados. No entanto, gostaria

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 45 DE 62

de reforçar o que foi dito: todos nós aqui somos favoráveis à vacina, à fábrica e à produção de vacinas. No entanto, gostaria de expressar meu estranhamento em relação aos representantes do Instituto Butantan. Infelizmente, o presidente do Instituto não está presente. Na audiência passada, o representante apresentou um substitutivo, mas na sexta-feira fomos surpreendidos com outra postura. Esperamos esse tipo de atitude de alguns políticos, mas não de alguém que representa o Instituto Butantan. Para nós, foi um desrespeito com a sociedade e com a comunidade, um comportamento que não se espera da instituição.

Ainda assim, mantenho a esperança – sempre tenho, ou não estaria aqui – de que os Vereadores tenham sensibilidade. Aproveito para agradecer aos Vereadores e Vereadoras, de todos os partidos, que nos têm apoiado. Neste ano, teremos a COP30, e estaremos presentes. Espero que não tenhamos de levar essa notícia triste e desagradável. Caso contrário, faremos uma denúncia. Gostaria de lembrar a todos os Vereadores e Vereadoras que estamos atentos e lembraremos do voto de cada um nas próximas eleições. Reforço o pedido para que os senhores tenham bom senso e aprove um projeto compatível com o que a sociedade tem expressado. Caso não sejamos ouvidos, faremos barulho e denunciaremos, não apenas no Butantã, mas em toda a cidade de São Paulo, mencionando nominalmente cada Vereador e Vereadora que votar contra a nossa causa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Sr. Ernesto. Cada Vereador tem sua consciência e deve votar de acordo com ela. Então, é preciso que o senhor respeite isso. Este não é um local para ameaças a qualquer Vereador.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Durante todas as audiências públicas, todos foram tratados com respeito. Não houve ataques ou ameaças. Em defesa dos Vereadores e Vereadoras, como Presidente desta audiência pública, registro que esse tipo de fala não deve se repetir. Discutir o projeto, pedir que ele não seja pautado, é legítimo. Mas esse tipo de colocação não contribui para o debate democrático.

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 46 DE 62

Muito obrigado.

Vamos passar agora aos Vereadores inscritos, seguindo a ordem de chegada: Vereador Hélio; depois, a Vereadora Marina; o Vereador Celso Giannazi; a Vereadora Kate e a Vereadora Silvia. Por fim, a Vereadora Luana, que chegou por último.

Encerrando, veremos a possibilidade de passar a palavra ao Instituto Butantan.

Tem a palavra o Vereador Hélio Rodrigues.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Sr. Presidente, saúdo os Vereadores e Vereadoras, o público presente, o pessoal do SOS Instituto Butantan e os que acompanham esta audiência de forma virtual.

Declaro meu apoio ao Instituto Butantan, à vacina e ao SUS, mas há diversos questionamentos sobre a expansão da fábrica. Gostaria de relatar uma inquietação. Não é o centro da minha fala, mas é um ponto crucial: como Vereador de São Paulo, não reconheço que exista uma fábrica de produção de vacina no Instituto Butantan. Se houver trabalhadores ali, eles devem estar vinculados ao sindicato da categoria – caso contrário, está havendo uma fraude contra o sistema trabalhista brasileiro. Se for verdade que a Fundação Butantan está vinculada ao sindicato patronal da indústria farmacêutica – Sindusfarma, e ao mesmo tempo não reconhece o sindicato que representa os trabalhadores da indústria química e farmacêutica, trata-se de uma grave irregularidade.

Esse setor tem especificidades, como jornada diferenciada – 40 horas semanais, estabelecida em convenção coletiva entre sindicatos de trabalhadores e patronais. Se há, de fato, produção industrial de vacinas, deveria haver esse enquadramento sindical.

O SR. NABIL BONDUKI – Só uma parte, Vereador Hélio: na semana passada, o Dr. Esper afirmou explicitamente, após sua saída, que há produção industrial no Butantan. Portanto, deve ser enquadrado dentro do sindicato das indústrias químicas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Vereador Nabil, essa é uma questão muito específica. A produção de fármacos exige cuidados técnicos, inclusive em relação à jornada de trabalho. Se

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 47 DE 62

há produção de vacinas no Instituto Butantan, como presidente do sindicato da indústria farmacêutica, afirmo que não há vinculação conosco. Mas esse não é o foco central.

O que precisamos discutir é se estamos construindo uma cidade do futuro – ou uma cidade sem futuro. A revisão do Plano Diretor Estratégico já trouxe um adensamento populacional à cidade, especialmente no Butantã. Moro na Vila Monte Kemel e há 30 anos passo em frente à região do Butantã. O número de edifícios está crescendo, e seguirá crescendo. A revisão do Plano Diretor favoreceu o mercado imobiliário em detrimento da discussão sobre o melhor uso do espaço urbano. Diversas obras do Estado contribuíram para melhorar a região, como a despoluição do Rio Pinheiros pela Sabesp – quando ainda era pública –, além do corredor metropolitano que liga a Vila Leopoldina ao Autódromo de Interlagos. O Butantã está se tornando uma região nobre.

Há ainda, do outro lado da Marginal Pinheiros, ac CEAGESP. Quantos caminhões circulam por lá diariamente? Existe, inclusive, uma proposta para transferir a CEAGESP para a região de Perus, o que reduziria o tráfego pesado. E estamos falando em construir uma nova fábrica que comportaria cinco mil funcionários?

Acompanhando esse setor há mais de 30 anos, tenho observado que as indústrias vêm perdendo espaço na cidade de São Paulo. Posso citar dois exemplos: a Avon, empresa de cosméticos localizada na zona sul, que chegou a empregar 5.000 trabalhadores, encerrou suas atividades em razão de questões logísticas e do adensamento populacional. A Otto Baumgart, situada na zona Norte e com mais de 70 anos de história, também encerrou suas atividades. Existem ainda diversas outras empresas que enfrentam as mesmas dificuldades. E eu sou um defensor da indústria e do emprego fabril. No entanto, muitas dessas empresas estão saindo da cidade porque não há mais espaço disponível e porque o custo do território tornou-se excessivamente alto.

Um exemplo é a empresa Baxter, na zona Sul, responsável pela produção de soro para uso hospitalar. Emprega cerca de mil trabalhadores e também está em vias de deixar o local. Então, como é possível instalar, naquela mesma região, uma nova fábrica com cinco mil

trabalhadores?

Cabe lembrar que esse tema já foi objeto de uma CPI nesta Casa: o polo petroquímico localizado em Capuava – que, na verdade, pertence aos municípios de Mauá e Santo André, sem fazer divisa direta com a cidade de São Paulo. Há atualmente uma discussão intensa sobre a retirada ou não desse polo. O problema é que, há 60 anos, quando o polo foi instalado ali, não houve, por parte dos legisladores, a preocupação em estabelecer um cinturão verde para proteger a área e evitar o adensamento urbano ao seu redor. O polo é estratégico, pois abastece várias indústrias, incluindo a indústria farmacêutica. No entanto, não se pensou nisso no passado. Agora, enfrentamos um debate muito complexo e delicado sobre sua permanência ou retirada.

É fácil criticar decisões passadas, mas precisamos falar do presente: estamos discutindo agora a implantação dessa nova expansão. Pretende-se instalar uma fábrica para cinco mil trabalhadores em uma região onde há seis edifícios residenciais que já não têm mais para onde crescer. Os problemas decorrentes do adensamento já estão evidentes. Não estamos mais em um cenário como o de 60 anos atrás, quando o polo de Capuava foi instalado. Tampouco estamos no mesmo contexto em que o Instituto Butantan se estabeleceu naquela área. E vale lembrar a forma perversa com que a Fundação Butantan tratou os trabalhadores do Instituto, cujas casas foram abruptamente removidas, mesmo após terem sido assentadas ali quando a região era praticamente deserta.

Para concluir, Sr. Presidente – e não tomar mais tempo da audiência –, afirmo que esta proposta é uma aberração. Vai contra tudo o que temos discutido até aqui. Sim, devemos preservar a vida e garantir a produção de vacinas. Mas é impossível ignorar que existem outros locais mais adequados para a instalação dessa fábrica. Se for necessária mais expansão, que ela ocorra em outro local, e não sobre áreas que deveriam ser destinadas, por exemplo, a alunos da Universidade de São Paulo, que já ocupam terrenos cedidos anteriormente pelo Instituto Butantan. Agora, esses mesmos alunos serão pressionados a ceder espaço para a nova fábrica.

Muito obrigado Sr. Presidente. (Palmas)

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 49 DE 62

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Tem a palavra a Vereadora Marina Bragante.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar todos os presentes nesta audiência pública, bem como aqueles que nos acompanham virtualmente.

Talvez eu seja uma Vereadora excessivamente idealista, mas, para mim, a audiência pública é, de fato, um espaço para ouvirmos a população e construirmos coletivamente a cidade que desejamos. Tanto na última audiência quanto nesta, foram apresentados argumentos muito bem fundamentados que dizem respeito não apenas à realidade vivida hoje, mas também à cidade que queremos deixar para as futuras gerações.

Gostei muito da fala do Vereador Hélio sobre “a cidade do futuro ou a cidade sem futuro”. Essa é exatamente a sensação que tenho diante do que está sendo feito. Mudei minha fala várias vezes. Comecei com um posicionamento técnico, analisando todos os incisos, mas senti insegurança, pois minha formação é em Psicologia, não em Arquitetura ou Urbanismo. No entanto, decidi mudar o foco da fala para fazer um apelo ao Sr. Presidente e aos colegas. Peço que possamos ter mais tempo para analisar este substitutivo. Diferentemente do que vínhamos construindo desde a primeira votação – quando ouvimos a população e acordamos que haveria uma nova proposta que contemplaria, ao menos em parte, as demandas apresentadas –, fomos surpreendidos na última sexta-feira com um projeto que não apenas se distancia das expectativas como, em muitos aspectos, representa um retrocesso.

Isso é preocupante, pois compromete a confiança da população nas instituições. E as instituições importam, os ritos importam – não para que sejam cumpridos formalmente, mas para que promovam uma escuta verdadeira e uma construção coletiva. Precisamos chegar a uma proposta que permita ao Instituto Butantan produzir mais vacinas, como é consenso entre os presentes, mas que também preserve a qualidade de vida dos moradores da região.

É fundamental garantir que as pessoas continuem vivendo com dignidade, com saúde mental e em harmonia com o espaço urbano. Preservar os corredores verdes é preservar a vida. Estamos tratando não apenas da vida protegida pela vacina, mas também da vida que se manifesta na natureza e nas relações humanas. Não é admissível que parte dos Vereadores e

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 50 DE 62

das instituições ignore as manifestações da população.

Reitero, portanto, meu apelo para que este projeto não seja votado nesta semana. Precisamos de mais tempo para debater. Amanhã, apresentaremos na Comissão uma proposta para a realização de uma nova audiência no território, em horário alternativo – fora do expediente comercial –, pois isso faz toda a diferença para a participação da comunidade.

Tenho, juntamente com minha equipe, uma série de propostas de emenda aos incisos, algumas construídas com as assessorias das Vereadoras Janaína Paschoal, Renata e do Vereador Nabil. Acredito que podemos chegar a um caminho possível, mesmo que parte da população ainda não se sinta totalmente contemplada. A vida dos moradores está sendo impactada: pelo ruído, pelo trânsito, pelo medo do futuro. Trata-se de uma região densamente habitada. Em uma cidade como São Paulo, é plenamente possível encontrar outro espaço para instalar essa fábrica – os empregos são importantes, sim, mas não necessariamente precisam estar em uma área onde as pessoas já vivem e estão vendo suas rotinas e saúde serem afetadas.

Chama-me atenção o fato de que, além do Executivo e dos funcionários do Instituto, nenhuma outra pessoa ou entidade tenha se manifestado em defesa da proposta. Isso por si só já é revelador. Precisamos, sim, revisar o substitutivo.

Para finalizar, faço um apelo ao Instituto Butantan: que o Dr. Esper esteja presente nas próximas reuniões. O diálogo com ele, anteriormente, era muito diferente do que o substitutivo que recebemos agora propõe. Sua ausência nos causa estranhamento.

Defender a vida na cidade significa escutar a população, cuidar da saúde mental, proteger os corredores verdes, preservar as árvores – e, claro, também assegurar a produção de vacinas.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas)

O PRESIDENTE (Fabio Riva) – Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todos. Cumprimento os Colegas Vereadores e vereadoras presentes na mesa, bem como as pessoas que nos acompanham de forma virtual nesta audiência pública.

Participei da primeira audiência sobre o tema e, desde o início, tenho reiterado um ponto fundamental: somos favoráveis à ciência e à vacina. É necessário afirmar isso, mesmo que pareça óbvio para nós que estamos aqui, pois há um número crescente de pessoas com posicionamentos negacionistas que desacreditam da importância da vacinação.

Para ilustrar, trago um dado alarmante: o maior número de casos de sarampo no Mundo, atualmente, está nos Estados Unidos. Isso ocorre devido à atuação de um governo negacionista, que vem desacreditando a eficácia e a importância das vacinas.

Então, apesar de não ser o foco desta discussão, temos que falar. Graças à democracia, nós mudamos o Governo. Se não, estaríamos no mesmo patamar, com altíssimos casos de sarampo no Brasil, porque deixamos, num governo passado, de acreditar na vacina, na ciência.

Então, todos que aqui estão defenderam a vacina, todos defendem a ciência. E a gente está vivendo um falso dilema aqui: ou vacina ou meio ambiente. É falso. A gente parte de uma premissa falsa, porque dá para ter os dois: dá para ter vacina e dá para ter meio ambiente.

Na primeira audiência pública aqui... audiência pública serve para quê? Serve para ouvir a população, serve para ouvir as contribuições das pessoas que vivem os problemas, e para melhorar os projetos que são apresentados aqui na Câmara Municipal. Esse é o objetivo de uma audiência pública, porque, se não fosse isso, não haveria a necessidade de ouvir a população. Neste caso específico do PL 691, aconteceu o contrário: piorou o projeto. O substitutivo que foi apresentado agora, ao qual a gente teve acesso, ele cria, classifica a região como área industrial 2, o que é altamente prejudicial à população, porque aumenta a columidade do ruído, poluição, transportes – essa possibilidade.

Eu estive na audiência pública, na primeira; falei que eu tinha estado lá no Butantan, estive novamente neste final de semana. E há um crime sendo cometido sucessivamente ali, já, hoje, não é o que vai acontecer. Com esse projeto de lei, ele vai aumentar, mas já tem. Tem um ruído ali ensurdecador, para as pessoas que moram ali na região, que sobem a Corinto, a Sousa Reis, a Leonardo Mota, o Morro do Querosene. Do outro lado, já há. E a Prefeitura não toma

atitude nenhuma. Não muda o instituto Butantan por conta do ruído. Não há nenhuma atitude nesse sentido.

Então, eu acho que a sociedade está aqui, as pessoas estão aqui acompanhando. Tem que cobrar, sim, dos Vereadores; tem que cobrar, sim, das Vereadoras uma posição, porque esse microbioma que a gente vai perder com a construção de uma fábrica em pleno Instituto Butantan é prejudicial para a saúde toda. Como disse a senhora que falou da árvore, de uma árvore, que a gente depende de uma árvore, depende porque ela é agregadora no ambiente, no meio ambiente. Então, a gente tem que fazer essa luta, fazer essa discussão. Existem, sim, outros lugares para construção de uma planta, para fabricação de vacinas. E o custo disso é um custo social, que tem que estar embutido no projeto do Butantan. Tem um custo social, mas não dá para alegar aqui, depois de como foi falado, depois de cinco anos, apresentar e dizer: “Olha, ou faz aqui ou não tem vacina”. Não, não dá para aceitar que seja dessa forma. Tem proposituras.

E aqui o Vereador Nabil falou na última audiência de uma das perguntas, que era: quais são as viabilidades de outra planta, tanto aqui na região metropolitana, como mais para o interior, aproveitando o Rodoanel, aproveitando os espaços em que a gente possa construir uma planta de fabricação do aumento das vacinas no nosso estado e no nosso país? Então, esse projeto não dialoga com as necessidades da cidade de São Paulo. Por isso, a gente vai votar contra; obstruir, mas a gente quer mais audiências públicas, para que a população possa participar de uma forma democrática.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (FABIO RIVA) – Obrigado, Vereador Celso. Vereadora Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Primeiro, eu queria cumprimentar todas as pessoas que deixaram seus afazeres para estar aqui na audiência pública, que é democrática, que é legítima, que é o espaço da fala do povo. E eu queria constatar mais uma vez que a fala do povo é contra o projeto. Só teve uma pessoa aqui que eu vi defendendo o projeto, que é o Líder do governo; não vi outra pessoa defendendo o projeto. Então, assim... quem mais?

A Fundação está aqui na Mesa? Não. Na Mesa, somente o Líder do governo. Então, vejamos: o Governo precisa ouvir o povo, para que serve um governo sem ouvir a população? O povo não quer. E o “povo” que eu estou falando aqui não é só moradores, tem especialistas que falaram, tem pessoas capacitadas cientificamente que falaram. Eu participei aqui da Comissão de Política Urbana durante todo o processo da revisão do Plano Diretor e da revisão da Lei de Zoneamento. Eu queria dizer que não é possível que a gente tenha uma Lei do Plano Diretor, a gente tenha a Lei do Zoneamento e depois fica-se mudando essa lei. Porque, quando é interessante para o Governo, se muda a lei. E na Lei de Zoneamento tem o quê? As áreas reservadas para a indústria. Área de preservação ambiental é uma área; área de construção de indústria é outra área. Você não pode ficar mudando a lei de zoneamento a bel-prazer.

Assim, no Butantan, como ela disse, lá é pesquisa, lá não pode ser indústria. Produção de vacinas é indústria. Tem várias áreas na cidade que são zonas já reservadas para serem indústria. Zonas industriais. Tem a zona industrial 1, tem a zona industrial 2. Inclusive, lá na Fernão Dias tem, Vereador Nabil, uma zona industrial, na Raposo Tavares. Lá tem já zonas industriais próximas, para dizer que não vai levar para longe, por conta da logística; lá tem zonas industriais próximas com terrenos disponíveis. Então, existem, sim, terrenos disponíveis em zonas industriais apropriadas.

Por que zonas industriais? Porque ela já é apropriada para ter indústria, porque ela tem que estar perto do quê? Do escoamento da produção. Tem que estar perto de rodovia, tem que ter acesso ao aeroporto. Essas vacinas vão ser produzidas para quê? Para ficar tudo na cidade de São Paulo? Não, para ir para outras cidades, para ir para outros estados. Então, a zona industrial já é feita para o funcionamento de uma indústria, porque vai se fazer numa zona que está cheia de árvores?

Gente, não tem motivo, a não ser que a turma queira tudo fácil: “Ah, não, já está aqui perto, vou derrubar umas árvores lá, fica aqui tudo perto”. Não. Está errado. Então, está muito justo a população se organizar, vir aqui reivindicar. Também corroboro o apelo da Vereadora Marina para que este projeto não seja votado em segunda nesta semana do jeito que está.

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 54 DE 62

Porque se a população trouxe o pleito de que não está contente com o substitutivo, o Governo tem que mudar o substitutivo. Não pode ser apresentado à revelia do desejo da população organizada.

Eu queria dizer também para vocês que a segunda votação são 37 votos...

O SR. PRESIDENTE (FABIO RIVA) – Não. Na primeira votação de quórum qualificado... tanto na primeira como na segunda, é o mesmo número de votos. São 33. Depois dessa votação, todas as outras são 37.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Depois da votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (FABIO RIVA) – É, todos os outros projetos de quórum qualificado.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Achei que era a segunda, me desculpa. É isto: 33 votos. Então, corram atrás, de gabinete em gabinete, para pressionar os Vereadores. Não é ameaça, é pressão popular legítima. Isso é democracia. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (FABIO RIVA) – Vereadora Keit.

A SRA. KEIT LIMA – Boa tarde, boa tarde, a todo mundo, a todos os movimentos que veio até aqui, a todos os moradores, a todo mundo que está *online*. Eu, assim como Marina, mudei bastante o que eu ia falar. Antes, uma coisa que a Marina trouxe que muito me toca: ela falou que romantiza a audiência. Eu não chego a romantizar, mas muito brilha os meus olhos a audiência pública.

Eu sou uma pessoa que é militante desde os 13 anos, então eu participei muito de audiências públicas. Mas a gente precisa falar de audiência pública real e não um grande teatro, uma grande farsa, que é o que a gente está vendo aqui. Porque a audiência pública é para ser um lugar de transparência, de participação popular e um lugar de resposta para a população, para as pessoas que vão sentir o impacto dessa gestão. Afinal, esta Casa deveria ser do povo, então o povo tem que estar na centralidade disso.

E aí fiquei pensando, me questionando: quem tem medo de fazer uma audiência pública no Butantã? Quem tem medo de fazer uma audiência pública com os moradores? E por

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 55 DE 62

entender isso, também quero pedir, solicitar ao Líder do Governo para que faça essa audiência pública com a população. Porque eles falam muito que a gente tem uma Prefeitura que é do povo. Então, o povo precisa ser ouvido, as pessoas que serão impactadas precisam estar na centralidade dessa construção.

E eu acho que todo mundo falou aqui, mas a gente está em um momento tão nocivo da política que o óbvio precisa ser dito. Porque tem uma tentativa de colocar quem defende vacina e quem defende as árvores. E a gente nunca foi negacionista. Não é do nosso lado que se negou a vacina. A gente defende as árvores, mas a gente também defende as vacinas. Afinal, não é desse lado aqui.

Então, a gente também precisa falar sobre os ruídos, sobre os perigos biológicos, quem vai ser afetado com isso, quem são as pessoas que podem ter doença. E, para mim, é muito emblemático. É ano de COP e ano em que a gente está fazendo uma discussão de meio ambiente, de quem são as pessoas que são afetadas, de qual futuro a gente quer. E a gente quer ter esse futuro, a gente quer poder construir um futuro para que a gente possa ter uma velhice digna. Para nossas crianças e para todo mundo desta cidade. E a gente não consegue fazer isso sem a participação da população.

Enquanto a gente vai sediar a COP, o Prefeito Ricardo Nunes decide, isso é uma decisão política. A gente sabe que tem outros lugares. A gente sabe que a gente pode adiar essa votação e fazer uma discussão séria, responsável – inclusive, a partir do Orçamento. Se eles estão falando que é sobre dinheiro, a gente está na cidade mais rica do Brasil. A gente sabe que tem dinheiro no caixa, então não venham com essa história para cima da gente.

E eu termino minha fala pedindo, solicitando que a gente não vote esta semana e que a gente possa ouvir a população do Butantan, porque a gente, esta Casa e o prefeito, a gente não pode ter prefeitos e vereadores que têm medo de discutir com a população.

O SR. PRESIDENTE (FABIO RIVA) – Vereadora Luana.

A SRA. LUANA ALVES – Bom, em primeiro lugar, mais uma vez parabênz todos os moradores aqui da região que estão presentes, ambientalistas, os meus colegas Vereadores.

Olha, em relação à questão da audiência pública, além de ter que ter diálogo real com base em verdade, uma tem que dialogar com a outra. Há uma semana, a gente teve uma audiência neste mesmo salão, neste mesmo espaço, com o Dr. Esper. Enfim, a gente fez algumas perguntas, a gente teve um diálogo, e a primeira coisa que me surpreende ao chegar aqui é a ausência dele. Até perguntei aqui qual foi... se deu alguma justificativa, porque seria importante a gente seguir o diálogo. Eu gostaria de escutar depois, Fabio Riva, por que ele não está presente. Porque ele é uma pessoa importante, para o debate que a gente está fazendo. E a gente fez uma série de perguntas, o Nabil fez algumas perguntas, vários Vereadores fizeram; tem uma específica que ninguém me respondeu até agora: qual seria o custo de fazer a produção de vacinas, de remédios, nas propriedades que já existem do Instituto Butantan, que já são de propriedade do Instituto Butantan?

Não precisaria nem comprar terreno, como a fazenda Araçariguama, logo depois de Itapevi, a menos de 60 km da região – ou de onde é hoje no Butantã. E qual seria o custo? Falou assim: “Ah, vai ser custoso.” Isso é uma coisa subjetiva. Custoso quanto? A gente lida com o Orçamento da cidade, a gente consegue entender um custo, e a gente consegue muito bem defender que às vezes um custo mais alto, feito uma vez, é melhor do que tentar economizar agora e quem vai pagar vai ser a população ao longo de décadas. Porque a gente não está falando de uma coisa temporária. O plano que foi apresentado aqui para essa produção é um nível de investimento que vai ser feito, que não é para terminar daqui a cinco, dez, nem 15 anos.

Então, é algo muito de longo prazo. Para mim, é totalmente no escuro. Os Vereadores – eu entendo – da Base do Governo têm seus compromissos com a Prefeitura, e os que quiserem votar, eles vão... eles têm que saber que estão votando de uma maneira sem saber todas as informações e sacrificando, sim, os interesses da população, em especial da população que mora próximo. E quando uma pessoa diz aqui que todo mundo da região vai saber os votos, isso não é nenhuma ameaça. Isso está no *site* da Câmara, é uma informação pública.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUANA ALVES – Eu estou falando, por favor, não me interrompa. Você

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 57 DE 62

sempre faz isso, você sempre me interrompe.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Não vamos polemizar uma coisa que já foi superada. Muito obrigado.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada. Eu vou terminar de falar.

Essa informação é pública, gente, está no *site* da Câmara e as pessoas vão saber, inclusive os Vereadores da Base que circulam no Butantã, os que são representantes da região, inclusive os que têm poder na Subprefeitura. Tenho certeza de que todo mundo vai ficar muito de olho em como eles vão votar. Isso é uma coisa importante, são os direitos da população. Mais uma vez, reitero o pedido das minhas colegas: vamos dar mais um tempo. Eu sinto que esse diálogo, aliás, eu percebo que esse diálogo está interrompido. Porque na última audiência, o que o Esper Kallás falou é que ele traria uma série de propostas que iriam melhorar a situação. O projeto que foi enviado é pior, porque, na medida em que se coloca uma área industrial, uma série de regras são modificadas. Inclusive a questão do barulho, a questão do impacto, enfim, ambiental, no trânsito, social. Isso tudo muda quando os colocarem como industrial.

Inclusive, essa mudança de zoneamento enfraquece a importância do debate do zoneamento que a gente faz, do PDE que a gente faz. A gente faz com uma certa periodicidade uma revisão de Plano Diretor Estratégico. Fica-se mudando a cada vez que algum setor econômico pede, como acontece agora, então não precisa ter discussão de PDE. Sinceramente. Então, é uma maneira de construir também a vida legislativa, que é muito assim: “Na hora que alguém pedir, vai. Na hora que o amigo do Tarcísio pedir, faz.”

Então, sinceramente, é um negócio que inclusive é pequeno o debate que a própria Base do Governo fez no PDE nos últimos anos. Então, eu queria reforçar isso. Eu queria também, por último, como parte desse apelo, reforçando o apelo das minhas colegas, para que se tenha mais tempo, para que haja uma audiência na região, para que se tenha uma outra proposta. Quantas vezes teve projeto que veio uma primeira versão, uma segunda, uma terceira, uma quarta, uma quinta, até chegar num lugar aceitável.

É possível fazer isso neste momento. Não tem problema a gente chegar em uma

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 58 DE 62

outra versão que não a original e nem essa. Repito: a cidade de São Paulo tem que ter autonomia para defender os seus interesses. De verdade, de forma muito sincera e muito respeitosa. Mas, assim, a cidade de São Paulo não é um anexo do Palácio dos Bandeirantes. Não é porque o Tarcísio pediu, não é porque ele chegou e falou... não sei o que que ele falou, só consigo imaginar o que ele disse nessa reunião. Todo mundo, todos os Vereadores aqui tiveram os seus votos no município de São Paulo. Então, eu queria só fazer esse apelo aqui, porque isso aí também não tem limite. A maneira como a Prefeitura tem atuado, sinceramente, no último período, é de simplesmente ser um espaço de só assinar embaixo de tudo que é trazido pelo Palácio dos Bandeirantes, que o Tarcísio traz. Nenhuma atuação própria, nem o mínimo de autonomia e de independência. E que fiquem sabendo: isso aí não tem limite. Ainda faltam três anos. À medida que vai, enfim, continuando essa postura, o Tarcísio vai pedir sempre mais. Eles que fiquem atentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Vereadora Luana foi a última a se manifestar.

Vou falar pelo governo.

O SR. NABIL BONDUKI – Eu gostaria de dar uma palavrinha.

O SR. PRESIDENTE (FABIO RIVA) – Vereador Nabil. Dois minutinhos?

O SR. NABIL BONDUKI – Dois minutinhos, até menos. Na verdade, eu acho assim, vamos falar assim: do ponto de vista da cidade, nós temos condição de caminhar no sentido de buscar um entendimento. Agora, para isso, precisa haver por parte do Governo e também por parte do Instituto Butantan abertura para que as considerações que foram levantadas aqui sejam levadas em conta.

Então, a questão de ser nesta semana, na próxima ou daqui a três semanas, a questão é conseguir chegar a um entendimento. Se ele puder chegar a um entendimento rápido, se for demorado, acho que para que a gente possa avançar. Acho que existe condição de avançar. E é fundamental que a gente tenha pelo menos um prazo de uma semana para que a gente possa ouvir de novo o Butantan.

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 59 DE 62

Hoje, nós não tivemos aqui o Presidente do Instituto. Muitas pessoas, como eu, ficamos um pouco intrigados pelo fato de ter sido apresentada uma proposta na terça-feira e depois na sexta-feira mudar.

Então, acho que tem um caminho para a gente seguir. Acho que é muito importante que um projeto desse tipo não seja aprovado, porque o governo tem maioria, 33 votos, e vota. Então, quero deixar esse apelo para que a gente possa ter um entendimento e possamos avançar nesse sentido. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado. Obrigado, Nabil. Obrigado aos Vereadores, obrigado ao público que sempre se manifesta de forma democrática. Eu acho que é isso que contribui para que a gente possa sempre aprimorar os projetos.

Primeiro, hoje, a não vinda do Dr. Esper, além de ele ter tido outro compromisso, ele mandou a equipe técnica dele. Está aqui o Tadeu, está aqui o Renan, que foi feita a apresentação sobre principalmente a questão de uma preocupação trazida na última audiência pública, que foi a questão das árvores, da supressão dessas árvores e, efetivamente, o substitutivo foi encaminhado na sexta-feira, passei o substitutivo que foi construído inclusive pela Secretaria de Licenciamento e Urbanismo - salvo engano, acho que está aqui o Alex, desculpa, o Rafael - dentro daquele escopo, daquela fala do Dr. Esper.

Então, no sentido da interpretação desta redação do substitutivo, eu dialoguei não só com os Vereadores que estão e participaram, a Marina me ligou, falou da preocupação. Outros Vereadores que compõem também a base do Governo também fizeram uma ligação à liderança do Governo, então, sem dúvida nenhuma, a gente quer cada vez mais aprimorar os projetos e está muito aberto a esclarecer algumas dúvidas.

Tive uma fala com o Dr. Esper e deixei muito claro que a gente não tem compromisso com a obscuridade, a gente tem compromisso com a transparência e foi a fala dele aqui. Então, o Dr. Esper, um médico respeitado no mundo todo, veio aqui com todo o coração de quem explica e tenta sensibilizar a sociedade, inclusive dos impactos, ou melhor, de minimizar esses impactos.

E aqui eu quero fazer uma fala um pouco mais racional. O Instituto Butantan já tinha

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 60 DE 62

aprovado um plano diretor onde eles teriam a eventual autorização para fazer esta ampliação dentro do seu próprio campus ali e que isso impactaria inclusive na remoção não era só de seis mil e poucas, eram mais de dez mil árvores. É isso mesmo, Renan?

Quando ele encaminhou o projeto e esteve conversando com o Prefeito Ricardo Nunes para que fosse encaminhado esse projeto...Está aqui o Flávio, inclusive é procurador de carreira da Prefeitura, hoje trabalha na Fundação Butantan, fez esse diálogo conosco também. A intenção de encaminhar, Nabil, era de a gente minimizar este impacto. É por isso que o projeto efetivamente veio a esta Casa.

Sem dúvida nenhuma, se a gente precisa fazer alguma correção e colocar de forma muito mais transparente aquilo que foi dito aqui, vamos fazer. Nós não vamos aprovar esse projeto se efetivamente a gente não tiver essas lacunas dessa obscuridade ou da interpretação daquele texto. A letra fria da lei muitas vezes traz isso, principalmente para o intérprete. O que acontece muitas vezes nas legislações é que ficam muito abertas e cabe ao intérprete quem vai analisar. Tem uma interpretação diferente do outro, que tem outro ponto de vista.

Temos de olhar também com o olhar de vocês que estão lá na região, mas também ter o olhar técnico daquilo que é o interesse do Instituto, que é esta ampliação daquilo que o Dr. Esper falou na última audiência pública.

Então, eu falo que aqui o papel nosso é a arte do possível, a gente não está aqui rompendo nenhum tipo de relação. Que é necessário a ampliação daquele espaço, é. O Dr. Esper veio aqui e explicou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Explicou. Calma, calma, calma, calma.

Esse é o direito de vocês. Por isso que a gente fala. Todo mundo aqui fala que defende uma democracia. Quando a gente vem para um parlamento que existe uma representatividade, quando eu sou vencido, eu procuro a justiça ou eu respeito a decisão da maioria? Eu acho que a gente parte...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Desculpa, eu estou na minha fala. Eu ouvi todos de forma respeitosa. Aqui é arte do possível. Eu, na condição de líder do governo, tenho de fazer essa condução e tenho que ser muito mais racional até porque não são só os Vereadores que são contra o projeto, aqueles que são contra neste momento, mas podem, eventualmente, de acordo com aquilo que for apresentado, ter uma mudança de opinião e ter aqueles que eventualmente estão convictos de que o projeto é importante e precisa ser votado.

O meu papel aqui, se vocês observarem todas as audiências públicas que eu fiquei aqui, ouvi, fiz anotações, tem um caderno de anotações.

O substitutivo não foi votado. Desculpa, ele foi apresentado. Entre o substitutivo apresentado e eventualmente ser aprimorado, existe uma distância muito grande, por isso que precisa entender o parlamento, por isso que a gente está fazendo essa segunda audiência pública, ouvindo.

O Vereador Nabil fez uma apresentação. O Dr. Esper, quando veio aqui, também fez a mesma apresentação, inclusive que o Vereador Nabil utilizou na própria apresentação dele mostrando aquilo que era o plano diretor inicial e aquilo que foi apresentado de modificação. Não sou eu que estou dizendo; está nos slides do Vereador Nabil. Ele utilizou inclusive isso e depois ele fez uma comparação entre aquilo que foi apresentado pelo Dr. Esper e aquilo que ele pretende apresentar, que é uma sugestão que ele está fazendo. Estou certo ou não, Nabil?

Então, mais do que esse tipo de diálogo...O Vereador Nabil e outros Vereadores, a Vereadora Marina, que também desde o início conversou com o Dr. Esper, dialogou com o Instituto Butantan, vem conversando comigo. Então, a gente está muito aberto para isso.

Então, entre o final desta audiência pública, o aprimoramento, ouvir essas sugestões, traduzir isso em um único documento. Não é que a gente vai ter vencedor e vencido, aqui a gente vai ter uma proposta, uma ideia que vai ser colocada a votação. Queria deixar isso muito claro senão a gente fica guerreando - nós contra eles -, chega disso. A gente já está vendo essa guerra que não leva ninguém a lugar nenhum.

O que nós precisamos ter é essa consciência da defesa de vocês, o interesse do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 123

REUNIÃO: 21254 DATA: 12/08/2025 FL: 62 DE 62

Instituto daquilo que ele entende que é legítimo e a gente procurar traduzir isso da melhor forma possível para ter menos impacto do ruído. O Dr. Esper veio aqui e falou que em outubro vai terminar esse barulho lá, nem sei como chama o aparelho, e impactar o quanto menos a questão ambiental. O Renan veio aqui, fez uma apresentação, abre o coração, temos que fazer isso.

É lógico, tudo tem um momento das dificuldades que tem a cidade e também o instituto tem, nós temos dentro da nossa casa. Então, essa arte do possível a gente vai tentar fazer. Tenham certeza disso. Quem me conhece, eu já estou na liderança do governo já há quase oito anos. Já passamos por vários projetos com maior número de pessoas contrárias, outros favoráveis. A gente buscou tentar trazer esse equilíbrio e essa responsabilidade na aprovação.

Por isso, eu volto a repetir: não vai ter vencedor, não vai ter vencido. Vai ter um projeto que vai ser aprovado que busca trazer o equilíbrio da necessidade de uma ampliação, daquilo que vocês também defendem, que é a vacina, o menor impacto na vizinhança e a preservação do meio ambiente. Acho que esse é o ponto principal desse projeto, por isso rendo as minhas homenagens ao Dr. Esper Kallás, ao Instituto Butantan, por aquilo que ele apresentou; aos Vereadores que vieram aqui, debateram suas ideias; vocês; Patrícia que veio aqui e fez a sua explanação, estive lá noutra audiência pública, e teve um tempo maior que todas para fazer essa apresentação; os dois que vieram com berimbau; a senhora com o pandeiro. Isso aqui é a casa do povo, as pessoas devem participar.

Sou de movimento de moradia, a luta não é feita por todos, é por alguns e são essas pessoas, como vocês, que vieram aqui combater o bom combate. Vamos discutir, vamos aprimorar e vamos buscar esta forma de poder contemplar aquilo que é a necessidade e o que vocês esperam também.

Obrigado e declaro realizada a audiência pública ao PL 691/25. Precisamos subir ao Colégio de Líderes. Estão encerrados os trabalhos. Declaro encerrada a audiência pública. Muito obrigado.